

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	16
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	34

### Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.483.033.685
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.483.033.685</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	25.063.577
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>25.063.577</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	30/05/2011	Ordinária		1,02883
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/05/2011	Ordinária		0,24472

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	38.624.430	37.368.812
1.01	Ativo Circulante	7.048.635	5.519.090
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.302.355	108.297
1.01.03	Contas a Receber	2.485.039	2.180.972
1.01.04	Estoques	2.685.523	2.706.713
1.01.06	Tributos a Recuperar	200.087	257.559
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	375.631	265.549
1.02	Ativo Não Circulante	31.575.795	31.849.722
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.551.573	6.371.380
1.02.01.03	Contas a Receber	8.372	18.982
1.02.01.06	Tributos Diferidos	691.709	854.437
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	865.351	2.471.325
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.986.141	3.026.636
1.02.02	Investimentos	18.769.696	17.023.295
1.02.03	Imobilizado	9.232.996	8.432.416
1.02.04	Intangível	21.530	22.631

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	38.624.430	37.368.812
2.01	Passivo Circulante	5.722.539	5.087.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	133.051	108.271
2.01.02	Fornecedores	426.331	427.048
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.008	74.967
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.766.296	2.366.347
2.01.05	Outras Obrigações	1.097.702	1.910.991
2.01.06	Provisões	224.151	200.288
2.02	Passivo Não Circulante	25.839.736	24.648.140
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.025.875	12.817.002
2.02.02	Outras Obrigações	9.662.012	9.107.570
2.02.04	Provisões	1.151.849	2.723.568
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	634.535	2.297.650
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	222.947	1.892.345
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.419	36.966
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	367.839	367.839
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.330	500
2.02.04.02	Outras Provisões	517.314	425.918
2.03	Patrimônio Líquido	7.062.155	7.632.760
2.03.01	Capital Social Realizado	1.680.947	1.680.947
2.03.02	Reservas de Capital	30	30
2.03.04	Reservas de Lucros	4.892.095	6.119.798
2.03.04.01	Reserva Legal	336.190	336.190
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.779.357	3.779.357
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.227.703
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-570.176	-570.176
2.03.04.10	Reserva Investimentos	1.346.724	1.346.724
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.537.322	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.048.239	-168.015

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.820.438	5.390.603	2.884.084	5.433.427
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.862.257	-3.588.938	-1.534.565	-2.961.282
3.03	Resultado Bruto	958.181	1.801.665	1.349.519	2.472.145
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	964.027	1.167.040	240.378	80.674
3.04.01	Despesas com Vendas	-97.030	-178.132	-134.425	-306.148
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-111.874	-185.747	-89.142	-160.361
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	126.571	131.380	60.912	65.764
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-81.690	-225.273	-171.864	-335.838
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.128.050	1.624.812	574.897	817.257
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.922.208	2.968.705	1.589.897	2.552.819
3.06	Resultado Financeiro	-532.475	-1.003.404	-603.553	-1.162.377
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.389.733	1.965.301	986.344	1.390.442
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-251.249	-209.298	-107.576	-62.736
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.138.484	1.756.003	878.768	1.327.706
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.138.484	1.756.003	878.768	1.327.706
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,78087	1,20442	0,60273	0,91065
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,78087	1,20442	0,60273	0,91065

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	1.138.484	1.756.003	878.769	1.327.706
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.000.888	-880.224	29.895	115.523
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira e variação cambial invest. em oper. exterior	-47.081	-57.933	-30.194	-36.854
4.02.02	Plano de pensão, líquido de impostos	0	0	4.440	8.274
4.02.03	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	-255.643	-124.127	55.649	144.103
4.02.04	Venda ativos disponíveis para venda	-698.164	-698.164	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	137.596	875.779	908.664	1.443.229

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.402.906	1.469.716
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.286.748	2.229.607
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	1.756.003	1.327.706
6.01.01.02	Provisão encargos empréstimos financiamentos	1.240.027	877.790
6.01.01.03	Depreciação, exaustão e amortização	375.783	310.695
6.01.01.04	Resultado de participação societárias	-1.624.812	-817.257
6.01.01.05	IR e CSLL diferidos	201.523	59.065
6.01.01.06	Provisão para perdas s/ títulos a receber	-116.335	0
6.01.01.07	Provisão para contingências	45.976	43.046
6.01.01.08	Variações monetárias e cambiais líquidas	-613.664	403.957
6.01.01.09	Outras provisões	22.247	24.605
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	116.158	-759.891
6.01.02.01	Contas a receber	-384.572	-61.520
6.01.02.02	Estoques	94.965	-438.332
6.01.02.03	Créditos com controladas em conjunto	1.223.957	0
6.01.02.04	Impostos a compensar	321	342.081
6.01.02.05	Fornecedores	-32.008	97.750
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	-88.889	-48.655
6.01.02.07	Tributos	137.955	125.148
6.01.02.08	Contas a pagar - controladas	-6.174	11.594
6.01.02.09	Passivos contingentes	135.387	14.744
6.01.02.11	Tributos parcelados - REFIS	-110.404	-316.675
6.01.02.12	Depósitos judiciais	-5.324	-13.236
6.01.02.13	Dividendos recebidos de controladas	5.437	191.649
6.01.02.14	Juros pagos	-721.300	-641.405
6.01.02.15	Juros sobre swap pagos	-10.949	0
6.01.02.17	Outros	-122.244	-23.034
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.848.790	-2.982.271
6.02.01	Investimentos	-1.089.043	-3.017.349
6.02.02	Imobilizado	-760.777	-498.326
6.02.03	Caixa oriundo de incorporação de controlada	1.030	299.232
6.02.04	Redução capital sociedade controlada	0	234.172
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.640.030	-852.580
6.03.01	Captações empréstimos e financiamentos	4.056.481	1.272.570
6.03.02	Pagamentos instituições financeiras - principal	-560.124	-564.752
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital proprio	-1.856.327	-1.560.398
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-88	33
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.194.058	-2.365.102
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.297	2.872.919
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.302.355	507.817

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.680.947	30	6.119.798	0	-168.015	7.632.760
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.680.947	30	6.119.798	0	-168.015	7.632.760
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.227.703	-218.681	0	-1.446.384
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.227.703	0	0	-1.227.703
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-218.681	0	-218.681
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.756.003	-880.224	875.779
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.756.003	0	1.756.003
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-880.224	-880.224
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-57.933	-57.933
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	-124.127	-124.127
5.05.02.09	Venda Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	-698.164	-698.164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.680.947	30	4.892.095	1.537.322	-1.048.239	7.062.155

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.680.947	30	5.444.605	-33.417	-585.715	6.506.450
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.680.947	30	5.444.605	-33.417	-585.715	6.506.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.357.062	0	-1.357.062
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.178.635	0	-1.178.635
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-178.400	0	-178.400
5.04.08	Outras transações de capital	0	0	0	-27	0	-27
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-37	1.327.706	115.523	1.443.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.327.706	0	1.327.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-37	0	115.523	115.486
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	-37	0	-36.854	-36.891
5.05.02.07	Ganho/perda plano de pensão	0	0	0	0	8.274	8.274
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	144.103	144.103
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.680.947	30	5.444.568	-62.773	-470.192	6.592.580

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	6.750.973	6.860.822
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.760.883	6.904.686
7.01.02	Outras Receitas	-9	2.199
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.901	-46.063
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.923.895	-3.552.863
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.533.710	-3.054.889
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-380.944	-490.675
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.241	-7.299
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.827.078	3.307.959
7.04	Retenções	-375.783	-310.695
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-375.783	-310.695
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.451.295	2.997.264
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.732.088	1.149.220
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.624.812	817.257
7.06.02	Receitas Financeiras	105.467	329.057
7.06.03	Outros	1.809	2.906
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.183.383	4.146.484
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.183.383	4.146.484
7.08.01	Pessoal	466.459	315.496
7.08.01.01	Remuneração Direta	366.526	238.584
7.08.01.02	Benefícios	77.903	59.257
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.030	17.655
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	852.288	1.011.550
7.08.02.01	Federais	703.661	657.919
7.08.02.02	Estaduais	133.846	342.517
7.08.02.03	Municipais	14.781	11.114
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.108.633	1.491.732
7.08.03.01	Juros	1.108.019	1.490.388
7.08.03.02	Aluguéis	614	1.344
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.756.003	1.327.706
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	218.681	178.408
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.537.322	1.149.298

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	38.880.629	37.801.214
1.01	Ativo Circulante	17.722.634	15.793.688
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.684.994	10.239.278
1.01.03	Contas a Receber	1.647.330	1.367.759
1.01.04	Estoques	3.517.810	3.355.786
1.01.06	Tributos a Recuperar	427.043	473.787
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	445.457	357.078
1.02	Ativo Não Circulante	21.157.995	22.007.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.925.641	5.664.879
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	148.907	112.484
1.02.01.03	Contas a Receber	48.472	58.485
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.342.403	1.592.941
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	479.120
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.385.859	3.421.849
1.02.02	Investimentos	1.876.930	2.103.624
1.02.03	Imobilizado	14.891.885	13.776.567
1.02.04	Intangível	463.539	462.456

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	38.880.629	37.801.214
2.01	Passivo Circulante	4.658.434	4.455.955
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	196.946	164.799
2.01.02	Fornecedores	702.416	623.233
2.01.03	Obrigações Fiscais	209.625	275.991
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.204.475	1.308.632
2.01.05	Outras Obrigações	1.051.807	1.854.952
2.01.06	Provisões	293.165	228.348
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	287.278	222.461
2.01.06.02	Outras Provisões	5.887	5.887
2.02	Passivo Não Circulante	26.973.488	25.522.571
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	20.788.624	18.780.815
2.02.02	Outras Obrigações	5.202.624	4.067.435
2.02.04	Provisões	982.240	2.674.321
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	670.911	2.384.681
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	228.947	1.911.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.034	82.373
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	367.839	367.839
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.091	23.209
2.02.04.02	Outras Provisões	311.329	289.640
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.248.707	7.822.688
2.03.01	Capital Social Realizado	1.680.947	1.680.947
2.03.02	Reservas de Capital	30	30
2.03.04	Reservas de Lucros	4.892.095	6.119.798
2.03.04.01	Reserva Legal	336.190	336.190
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.779.357	3.779.357
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.227.703
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-570.176	-570.176
2.03.04.10	Reserva Investimentos	1.346.724	1.346.724
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.537.322	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.048.239	-168.015
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	186.552	189.928

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.323.192	8.112.200	3.872.553	7.057.183
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.487.472	-4.720.300	-1.977.357	-3.758.423
3.03	Resultado Bruto	1.835.720	3.391.900	1.895.196	3.298.760
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	300.211	-66.543	-415.465	-862.728
3.04.01	Despesas com Vendas	-145.767	-265.769	-168.387	-370.257
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-158.669	-279.978	-134.289	-245.590
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	720.985	736.570	74.141	98.446
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-116.338	-257.366	-186.930	-345.327
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.135.931	3.325.357	1.479.731	2.436.032
3.06	Resultado Financeiro	-649.664	-1.168.100	-420.585	-898.492
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.486.267	2.157.257	1.059.146	1.537.540
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-349.105	-404.400	-178.832	-209.956
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.137.162	1.752.857	880.314	1.327.584
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.137.162	1.752.857	880.314	1.327.584
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.138.484	1.756.003	878.768	1.327.706
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.322	-3.146	1.546	-122
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,78087	1,20442	0,60273	0,91065
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,78087	1,20442	0,60273	0,91065

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.137.162	1.752.857	880.314	1.327.584
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.000.888	-880.224	29.895	115.523
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira e variação cambial invest. em oper. exterior	-47.081	-57.933	-30.194	-36.854
4.02.02	Plano de pensão, líquido de impostos	0	0	4.440	8.274
4.02.03	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	-255.643	-124.127	55.649	144.103
4.02.04	Venda ativos disponíveis para venda	-698.164	-698.164	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	136.274	872.633	910.209	1.443.107
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	137.596	875.779	910.209	1.443.107
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.322	-3.146	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.001.277	1.610.764
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.936.294	2.807.042
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.752.857	1.327.584
6.01.01.02	Provisão encargos empréstimos financiamento	1.126.274	689.268
6.01.01.03	Depreciação, exaustão e amortização	467.425	399.917
6.01.01.05	IR e CSLL diferidos	306.496	156.786
6.01.01.06	Provisão Swap / Forward	202.835	-136.714
6.01.01.07	Provisão para contingências	37.737	28.936
6.01.01.08	Variação monetárias e cambiais líquidas	-301.374	272.438
6.01.01.12	Realização de título disponível para venda	-698.164	0
6.01.01.13	Outras provisões	42.208	68.827
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-935.017	-1.196.278
6.01.02.01	Contas a receber	-97.614	-66.771
6.01.02.02	Estoques	-98.399	-602.902
6.01.02.03	Impostos a compensar	-10.279	292.472
6.01.02.04	Fornecedores	54.597	183.794
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	-89.092	-39.668
6.01.02.06	Tributos	78.235	32.811
6.01.02.07	Passivos contingentes	79.395	26.536
6.01.02.08	Créditos com controladas em conjunto	473.977	0
6.01.02.10	Tributos parcelados - REFIS	-110.948	-316.675
6.01.02.11	Depósitos judiciais	-10.505	-16.955
6.01.02.12	Juros pagos	-869.146	-624.873
6.01.02.13	Juros sobre swap pagos	-208.913	0
6.01.02.15	Outros	-126.325	-64.047
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.694.634	-1.853.297
6.02.01	Recebimento / pagamento em operações de derivativos	-5.086	-32.741
6.02.02	Investimentos	-1.299.692	-390.943
6.02.03	Imobilizado	-1.699.632	-1.411.972
6.02.04	Intangível	-395	-17.641
6.02.05	Alienação de investimentos	1.310.171	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.624.726	1.723.110
6.03.01	Captações empréstimos e financiamentos	3.977.670	3.828.765
6.03.02	Pagamentos instituições financeiras - principal	-622.411	-545.257
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	-1.856.327	-1.560.398
6.03.04	Integralização capital por acionistas não controladores	125.794	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-485.653	104.833
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.445.716	1.585.410
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.239.278	8.086.742
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.684.994	9.672.152

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.680.947	30	6.119.798	0	-168.015	7.632.760	189.928	7.822.688
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.680.947	30	6.119.798	0	-168.015	7.632.760	189.928	7.822.688
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.227.703	-218.681	0	-1.446.384	0	-1.446.384
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.227.703	0	0	-1.227.703	0	-1.227.703
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-218.681	0	-218.681	0	-218.681
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.756.003	-880.224	875.779	-3.146	872.633
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.756.003	0	1.756.003	-3.146	1.752.857
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-880.224	-880.224	0	-880.224
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-57.933	-57.933	0	-57.933
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	-124.127	-124.127	0	-124.127
5.05.02.09	Venda ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	-698.164	-698.164	0	-698.164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-230	-230
5.06.04	Participação em controladas por acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-230	-230
5.07	Saldos Finais	1.680.947	30	4.892.095	1.537.322	-1.048.239	7.062.155	186.552	7.248.707

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.680.947	30	5.444.605	-33.417	-585.715	6.506.450	0	6.506.450
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.680.947	30	5.444.605	-33.417	-585.715	6.506.450	0	6.506.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.357.062	0	-1.357.062	0	-1.357.062
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.178.635	0	-1.178.635	0	-1.178.635
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-178.400	0	-178.400	0	-178.400
5.04.08	Outras transações de capital	0	0	0	-27	0	-27	0	-27
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-37	1.327.706	115.523	1.443.192	-122	1.443.070
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.327.706	0	1.327.706	-122	1.327.584
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-37	0	115.523	115.486	0	115.486
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	-37	0	-36.854	-36.891	0	-36.891
5.05.02.07	Ganho/perda plano de pensão	0	0	0	0	8.274	8.274	0	8.274
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	144.103	144.103	0	144.103
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	142.449	142.449
5.06.04	Participação em controladas por acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	142.449	142.449
5.07	Saldos Finais	1.680.947	30	5.444.568	-62.773	-470.192	6.592.580	142.327	6.734.907

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	10.309.337	8.611.539
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.628.961	8.657.162
7.01.02	Outras Receitas	690.728	2.222
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.352	-47.845
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.814.844	-4.409.744
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.181.697	-3.847.952
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-621.123	-555.216
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-12.024	-6.576
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.494.493	4.201.795
7.04	Retenções	-467.425	-399.917
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-467.425	-399.917
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.027.068	3.801.878
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	328.690	615.978
7.06.02	Receitas Financeiras	326.014	612.244
7.06.03	Outros	2.676	3.734
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.355.758	4.417.856
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.355.758	4.417.856
7.08.01	Pessoal	730.958	472.320
7.08.01.01	Remuneração Direta	574.627	365.770
7.08.01.02	Benefícios	119.885	81.233
7.08.01.03	F.G.T.S.	36.446	25.317
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.374.737	1.102.579
7.08.02.01	Federais	1.097.985	878.951
7.08.02.02	Estaduais	257.346	208.838
7.08.02.03	Municipais	19.406	14.790
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.497.206	1.515.373
7.08.03.01	Juros	1.493.259	1.509.530
7.08.03.02	Aluguéis	3.947	5.843
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.752.857	1.327.584
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	218.681	178.408
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.537.322	1.149.298
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-3.146	-122

## Comentário do Desempenho

### Contexto Econômico

A atividade econômica global, que no início do ano estava ganhando força, voltou a desacelerar no 2T11, principalmente com o agravamento da crise fiscal em alguns países Europeus e a dificuldade na aprovação do aumento nos gastos públicos nos EUA, o que acabou resultando no aumento da aversão ao risco.

Há um desbalanceamento global no que se refere a expansão das economias. Por um lado os países desenvolvidos voltaram a apresentar um fraco crescimento, enquanto que os países em desenvolvimento continuam a crescer. Para conter o aumento da inflação nas economias em desenvolvimento, diversos bancos centrais têm adotado uma política monetária mais restritiva.

Em seu mais recente relatório sobre as perspectivas para a economia global, a OCDE instigou os bancos centrais a elevarem as taxas básicas de juros com o objetivo de combater o aumento das pressões inflacionárias. De acordo com o FMI a média da inflação global saiu de 3,5% a.a. no último trimestre de 2010 para 4% a.a. em abril de 2011.

#### **EUA:**

As estimativas de crescimento do PIB norte-americano refletem o comportamento cauteloso dos americanos com relação ao consumo e ao baixo nível de contratação das empresas. O FMI reviu a projeção de crescimento do PIB em 2011 de 3,5% para 2,5%.

O país ainda apresenta elevadas taxas de desemprego e o endividamento das famílias e do governo, aliado ao fraco crescimento do crédito, limitam a recuperação do consumo.

Dados do governo americano mostram que o país criou 18 mil postos de trabalho em junho, número bem inferior aos 125 mil anteriormente previstos. Com isso, o desemprego atingiu 9,2% da população ativa.

Diante desse cenário, o governo pretende aumentar os gastos públicos para a economia americana voltar a crescer. A oposição não vem se mostrando favorável a um aumento na dívida pública, que já supera US\$14 trilhões. As agências de rating já alertaram que poderão revisar a nota de crédito dos EUA caso o governo não consiga negociar com a oposição um aumento no limite da dívida pública.

#### **Europa:**

Apesar da Zona do Euro mostrar sinais de recuperação ao aumentar sua perspectiva de crescimento para 2011, sustentada principalmente por Alemanha e França, os problemas na Grécia e as dificuldades de outras nações da Zona do Euro são uma ameaça que podem inibir a retomada econômica do continente.

O PIB da Zona do Euro apresentou elevação de 0,8% no 1T11. Neste mesmo período, a economia alemã apresentou um crescimento de 1,5%, contribuindo significativamente para este aumento.

O resultado da economia alemã continua a ser sustentado pelo bom desempenho das exportações. A previsão do Banco Central alemão é que a economia encerre o ano de 2011 com um crescimento do PIB de 2,6%.

A exemplo de outras regiões do mundo, a inflação segue pressionada. O IPCH (Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado) atingiu 2,7% em junho. Para tentar diminuir o risco inflacionário o Banco Central Europeu (BCE) elevou os juros pela segunda vez no ano, em 0,25 pp. Com isso, a taxa passou para 1,50% aa. De acordo com o BCE as taxas de juros seguem muito baixas e a política monetária continua flexível, o que pode indicar novos aumentos no decorrer do ano.

O nível de desemprego na Zona do Euro apresentou uma pequena melhora no mês de abril, totalizando 9,9%, menor patamar desde setembro de 2009, mas ainda muito acima dos níveis históricos.

#### **Ásia:**

A China tem adotado uma série de medidas restritivas com o intuito de conter a alta da inflação no país. Tais medidas visam o controle do consumo através do aumento das taxas de juros e dos depósitos compulsórios, que,

## Comentário do Desempenho

aliadas às restrições energéticas, têm reduzido a expectativa de crescimento do país para 2011. Esse aperto monetário reduziu a liquidez do mercado, o que acabou arrefecendo a aquisição e estocagem de matérias-primas.

O índice de preços ao consumidor seguiu em elevação e atingiu o nível mais alto dos últimos três anos. A inflação do país registrou um aumento de 6,4% nos seis primeiros meses do ano. Este crescimento foi guiado principalmente pelo aumento de 14% nos preços dos alimentos e pelos ganhos salariais que seguem elevados. Para tentar conter a pressão inflacionária, o Banco Central da China elevou a taxa de juros em 0,25% a.a. Com isso, a taxa para empréstimos atingiu 6,56% a.a. Este foi o terceiro aumento nas taxas de juros neste ano. Mesmo em um ciclo de aperto monetário, a China registrou forte crescimento econômico no 2T11. O PIB encerrou o trimestre com um crescimento de 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuíram para este aumento a produção industrial e as vendas de varejo, com crescimentos no mês de junho de 15% e 18% respectivamente, se comparados ao mesmo mês do ano anterior.

A reconstrução da infraestrutura do Japão, após o impacto do terremoto e do tsunami, está ocorrendo em um ritmo mais acelerado do que o esperado, de acordo com o Banco Central japonês. A demanda não foi afetada fortemente, haja visto o direcionamento de parte da produção para o mercado externo. O maior impacto do terremoto, a curto prazo, se concentrou no fornecimento de insumos para a indústria.

Um dado positivo da economia japonesa veio do lado do emprego. Segundo dados do Ministério de Assuntos Internos e Comunicações, a taxa de desemprego no Japão recuou para 4,5% no mês de maio/2011, frente à taxa de 4,7% no mês anterior.

### **Brasil:**

As perspectivas econômicas continuam positivas para o ano de 2011, embora alguns indicadores apontem para um nível de acomodação na atividade a partir do segundo semestre, reflexo das medidas macroprudenciais adotadas pelo governo desde o final de 2010.

Sinais de desaquecimento surgem no Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pela FGV e no Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ambos indicadores apresentaram declínio. O ICC de junho registrou 153,81 pontos queda de 4,4 pontos na comparação com janeiro de 2011, enquanto que o ICEI registrou 57,90 pontos, uma queda de 6,6 pontos na comparação do mesmo período.

O PIB do 1T11 aumentou 1,3% em comparação ao 4T10, sustentado pelo crescimento da agropecuária e indústria que contribuíram com aumentos de 3,3% e 2,2% respectivamente. Já as exportações e importações foram no sentido contrário apresentando quedas de 3,2% e 1,6% respectivamente. Segundo o BACEN, a expectativa de crescimento do PIB é de 3,94% em 2011.

Em maio, o nível de inadimplência do consumidor para operações com atraso superior a 90 dias cresceu 0,2% p.p., alcançando 5,1%. O volume total de crédito do sistema financeiro alcançou R\$1,8 trilhão, um crescimento de 5,8% no acumulado do ano e 1,6% no mês. A relação crédito e Produto Interno Bruto se elevou para 47%, ainda baixa se comparada a alguns países desenvolvidos como Alemanha e Holanda onde a relação é de 90% e 135%, respectivamente.

A inflação segue pressionada. Segundo o relatório FOCUS do BACEN, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deverá encerrar o ano próximo ao teto da banda de flutuação de 6,5%. Indicadores sugerem um arrefecimento a partir do segundo semestre, tendo em vista as medidas macroprudenciais implementadas pelo governo e a queda nos preços de produtos alimentícios. Recentemente o Conselho Monetário Nacional decidiu manter até 2013 a meta de inflação de 4,5% para a economia brasileira. A decisão tem por objetivo garantir o controle inflacionário e dar flexibilidade necessária para manobras de política monetária. Somente este ano foram 5 aumentos consecutivos elevando a taxa para 12,50%. O relatório FOCUS sugere novos aumentos da SELIC até o final do ano

Dados do IBGE mostram que as vendas de varejo apresentaram números positivos. No acumulado de janeiro a maio as vendas cresceram 7,4% enquanto que no acumulado de 12 meses o crescimento foi de 9,2%. Apesar do

## Comentário do Desempenho

aumento, as expectativas da demanda doméstica são de arrefecimento para os próximos períodos, refletindo os impactos da política contracionista implementada desde o final do ano passado.

O ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED) o acumulado do ano até o mês de junho totalizou US\$32 bilhões, 167% acima do total registrado no mesmo período de 2010. De acordo com o relatório FOCUS o IED atingirá US\$55 bilhões até o final do ano. Este movimento exerce uma pressão na cotação do Real que segue apreciado perante o dólar.

O governo vem tomando uma série de medidas para tentar frear a apreciação da moeda e o déficit nas transações correntes que continua a crescer puxado, principalmente, pelo aumento das compras no exterior, a expansão das importações e as remessas de renda para outros países. De acordo com o BACEN o saldo acumulado no ano registrou um déficit de US\$22 bilhões e deverá encerrar o ano em US\$60 bilhões.

	2011	2012
IPCA (%)	6,31	5,28
Dólar comercial (final) - R\$	1,60	1,65
SELIC (final - %)	12,75	12,75
PIB (%)	3,94	4,00
Produção Industrial (%)	3,24	4,34

Fonte: FOCUS BACEN Base: 22 de julho de 2011

## Receita Líquida

No 2T11, a receita líquida consolidada de R\$4.323 milhões, apresentou crescimento de 14% em relação aos R\$3.789 milhões registrados no 1T11, principalmente devido ao aumento dos preços e volumes de minério de ferro comercializados no 2T11, bem como do maior volume de aço vendido.

A receita líquida consolidada do 2T11 cresceu 12% em relação aos R\$3.872 milhões verificados no 2T10, basicamente em função do crescimento do volume de minério de ferro vendido e do aumento dos preços correspondentes.

## Custo dos Produtos Vendidos

O custo consolidado dos produtos vendidos atingiu R\$2.487 milhões no 2T11, 11% superior aos R\$2.233 milhões registrados no 1T11, principalmente devido aos maiores volumes de minério de ferro e de produtos siderúrgicos vendidos.

Em relação aos R\$1.977 milhões verificados no 2T10, o custo consolidado dos produtos vendidos apresentou um crescimento de 26%, basicamente pelos maiores volumes de minério de ferro vendidos.

## Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras Operacionais

No 2T11, as despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$304 milhões, um crescimento de 26% em relação ao 1T11, principalmente em função do acordo coletivo ocorrido em junho, além do aumento de gastos com prestadores de serviços. Em relação ao 2T10, as despesas com vendas, gerais e administrativas mantiveram-se estáveis.

No 2T11, a CSN apresentou resultado positivo de R\$605 milhões na linha de "Outras Receitas e Despesas", uma melhora em relação ao resultado negativo de R\$125 milhões apresentado no 1T11. Essa variação decorre, basicamente, do ganho de R\$698 milhões referente à alienação da totalidade da participação acionária da CSN no capital da Riversdale Mining Limited.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA

O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro líquido excluindo-se o resultado financeiro, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização e do resultado de outras receitas e (despesas) operacionais, este último eliminado por tratar-se de item não recorrente da operação.

O EBITDA ajustado do 2T11 de R\$1.773 milhões cresceu 16% em relação aos R\$1.529 milhões registrados no 1T11, basicamente pelos maiores preços de minério de ferro praticados. Já a margem EBITDA ajustada do 2T11 atingiu 41%, um crescimento de 1% em relação aquela registrada no 1T11.

No 1S11 o EBITDA ajustado atingiu R\$3.302 milhões, um crescimento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente em função dos maiores volumes e preços de minério de ferro praticados.

### Resultado Financeiro e Dívida Líquida

No 2T11, o resultado financeiro líquido consolidado foi negativo em R\$650 milhões, basicamente devido a:

- Encargos de empréstimos e financiamentos, no total de R\$546 milhões;
- Variações monetárias e cambiais negativas de R\$80 milhões, incluindo o resultado das operações com derivativos;
- Despesas de R\$77 milhões referentes à consolidação dos processos do REFIS;
- Atualização monetária das provisões fiscais no total de R\$87 milhões;

Compensaram parcialmente estes efeitos negativos os rendimentos sobre aplicações financeiras, totalizando R\$152 milhões.

Em 30/06/2011, a dívida líquida consolidada totalizou R\$11,3 bilhões, um acréscimo de R\$0,6 bilhão em relação aos R\$10,7 bilhões registrados em 31/03/2011. Os principais fatores responsáveis pelo aumento da dívida líquida no 2T11 foram:

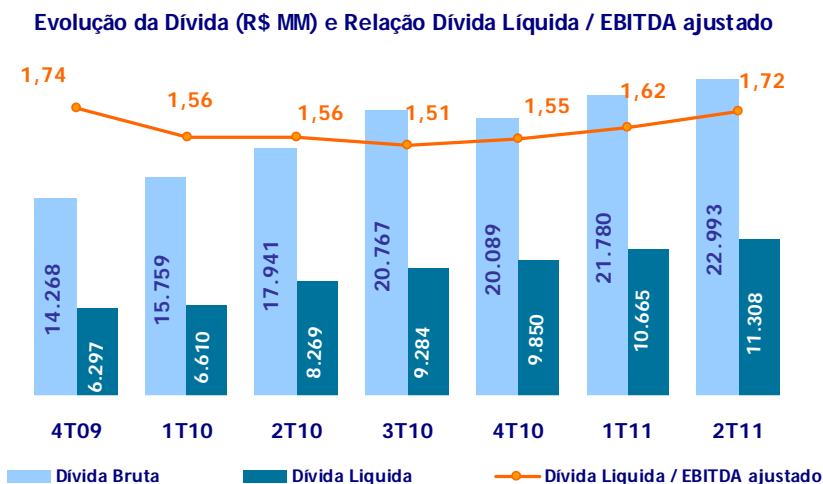
- Realização de R\$0,9 bilhão em investimentos no imobilizado;
- Pagamento de R\$1,9 bilhão a título de dividendos e juros s/capital próprio;
- Efeito de R\$0,6 bilhão referente ao custo da dívida;
- Aumento de R\$0,3 bilhão no capital de giro alocado ao negócio.

Compensaram parcialmente estes efeitos o EBITDA ajustado de R\$1,8 bilhão gerado no 2T11 e o recebimento de R\$1,3 bilhão referente à venda das ações da Riversdale Mining Limited.

Ao final do 2T11, a relação dívida líquida/EBITDA ajustada de 1,72, calculada com base no EBITDA ajustado de R\$6,6 bilhões dos últimos 12 meses apresentou pequeno crescimento de 0,10x em relação à verificada ao final do 1T11, de 1,62x.

Em abril de 2011 a Companhia contratou, por meio de emissão de Nota de Crédito à Exportação, uma operação de financiamento à exportação com o Banco do Brasil S.A, no valor de R\$ 1,5 bilhão.

## Comentário do Desempenho



## Lucro Líquido Consolidado

No 2T11, o lucro líquido de R\$1.137 milhões cresceu 85% sobre o registrado no 1T11, basicamente em função do maior lucro bruto e do resultado decorrente da alienação da participação acionária da CSN no capital da Riversdale Mining Limited, parcialmente compensados pelo resultado financeiro.

## Investimentos

No 2T11 os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$880 milhões, dos quais R\$481 milhões foram investidos em suas controladas ou controladas em conjunto, com destaque para:

- ✓ Transnordestina Logística: R\$379 milhões;
- ✓ MRS Logística: R\$38 milhões;
- ✓ CSN Cimentos: R\$30 milhões.

O saldo remanescente dos investimentos, R\$399 milhões, foi aplicado na controladora, do qual cabe destacar:

- ✓ Manutenção e reparos: R\$124 milhões;
- ✓ Expansão da mina de Casa de Pedra: R\$56 milhões;
- ✓ CSN Aços Longos: R\$46 milhões;
- ✓ Expansão do Porto de Itaguaí: R\$30 milhões;
- ✓ Melhorias tecnológicas: R\$12 milhões.

## Capital de Giro

O capital de giro aplicado no negócio totalizava R\$3.194 milhões no final de junho de 2011, um crescimento de R\$346 milhões em relação ao saldo final de março de 2011. Esse aumento decorre, principalmente, das maiores vendas no trimestre que acarretaram num aumento no saldo de Contas a Receber e do crescimento no saldo de Estoques, principalmente de matérias-primas. O prazo médio de recebimento de clientes permaneceu em 29 dias ao final de junho de 2011 e o prazo médio de pagamento a fornecedores continuou em 22 dias. O prazo médio de giro de estoques foi de 88 dias, uma redução de 14 dias.

## Comentário do Desempenho

CAPITAL DE GIRO (R\$ MM)	2T10	1T11	2T11	Variação 2T11 x 1T11	Variação 2T11 x 2T10
<b>Ativo</b>	<b>3.762</b>	<b>3.817</b>	<b>4.221</b>	<b>404</b>	<b>459</b>
Contas a Receber	1.298	1.397	1.506	109	208
Estoques <sup>(*)</sup>	2.423	2.378	2.564	186	141
Antecipação de Impostos	41	42	151	109	110
<b>Passivo</b>	<b>1.050</b>	<b>969</b>	<b>1.027</b>	<b>58</b>	<b>(23)</b>
Fornecedores	692	494	582	88	(110)
Salários e Contribuições Sociais	167	165	197	32	30
Tributos a Recolher	149	277	209	(68)	60
Adiantamentos de Clientes	42	33	39	6	(3)
<b>Capital de Giro</b>	<b>2.712</b>	<b>2.848</b>	<b>3.194</b>	<b>346</b>	<b>482</b>

TURNOVER RATIO	2T10	1T11	2T11	Variação 2T11 x 1T11	Variação 2T11 x 2T10
<b>Prazos Médios</b>					
Recebimento	27	29	29	0	2
Pagamento	30	22	22	0	(8)
Estoques	92	102	88	(14)	(4)

(\*) Estoques - inclui "Adiantamento a Fornecedores" e não considera "Almoxarifado".

## Resultado por Segmento

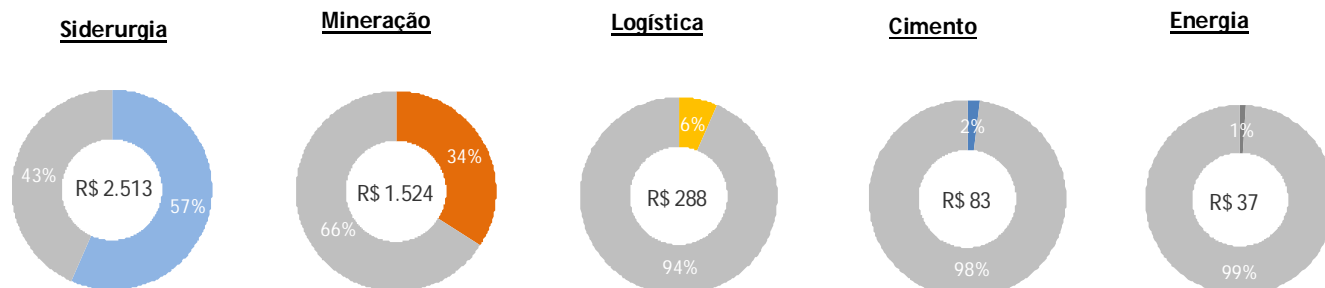
A Companhia atua de forma integrada em cinco segmentos de negócios: Siderurgia, Mineração, Logística, Cimento e Energia. Os principais ativos e/ou empresas que compõem cada segmento de negócios são:

Siderurgia	Mineração	Logística	Cimento	Energia
Usina Presid. Vargas Porto Real Paraná LLC Lusosider Prada (Distribuição e Embalagens) Metalic	Casa de Pedra Namisa (60%) Tecar ERSA	Ferroviária: - MRS - Transnordestina Portuária: - Sepetiba Tecon	Volta Redonda Arcos	CSN Energia e Itasa

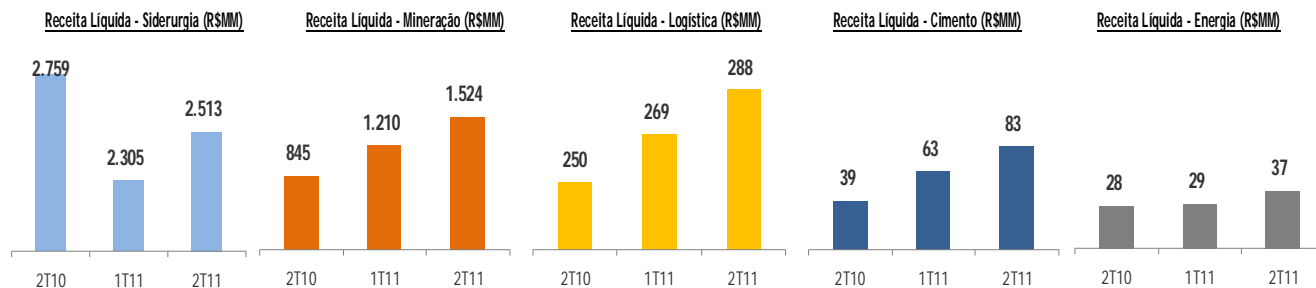
As informações apresentadas referentes aos cinco segmentos de negócios da CSN são derivadas das informações contábeis, combinadas com alocações e rateio de custos entre os segmentos. A Administração da CSN utiliza-se do EBITDA ajustado como indicador para medir a capacidade de geração de caixa recorrente de caixa operacional.

A seguir as participações dos diversos segmentos na receita líquida e no EBITDA ajustado da Companhia:

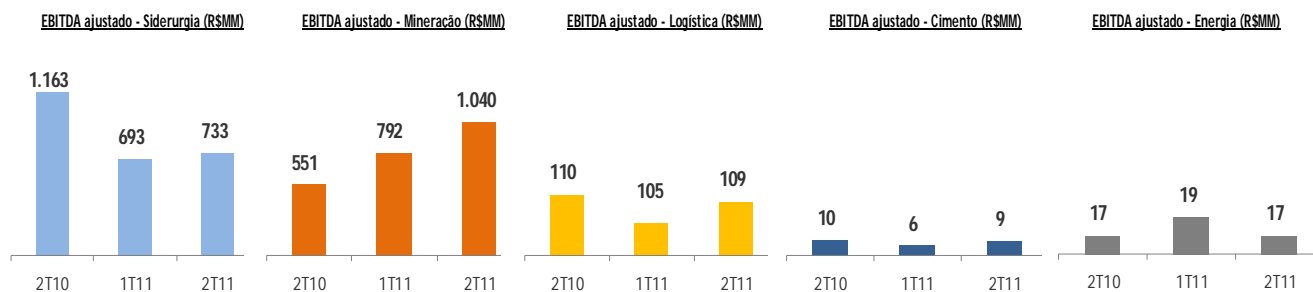
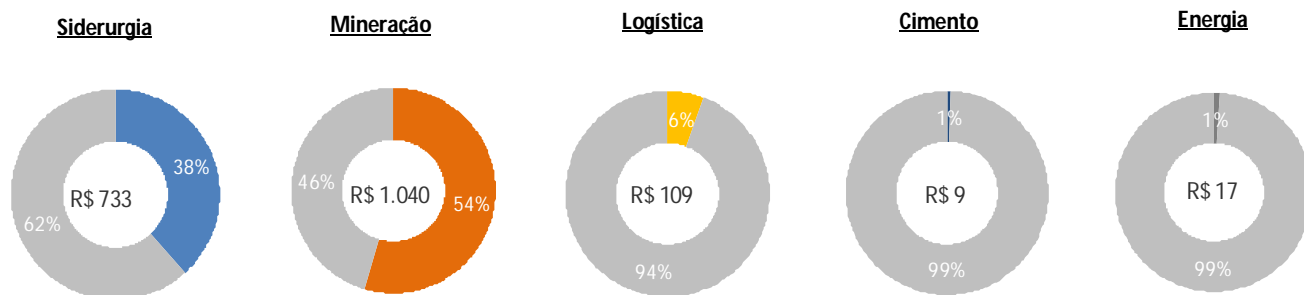
### Receita Líquida por Segmento no 2T11 (R\$ milhões)



## Comentário do Desempenho



### Participação do EBITDA ajustado de cada segmento no EBITDA ajustado consolidado do 2T11 (R\$ milhões)



## Comentário do Desempenho

A seguir os resultados consolidados da Companhia por segmento de negócios:

2º TRI 2011								R\$ milhões
Resultado Consolidado	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Eliminação/ Desp.Corp.	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
<b>Receitas</b>	<b>2.513</b>	<b>1.524</b>	<b>32</b>	<b>256</b>	<b>37</b>	<b>83</b>	<b>(121)</b>	<b>4.323</b>
Mercado interno	2.152	250	32	256	37	83	(119)	2.690
Mercado externo	361	1.274	-	-	-	-	(1)	1.633
Custo prod. /serv.vendidos	(1.827)	(506)	(21)	(161)	(19)	(60)	106	(2.487)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>686</b>	<b>1.018</b>	<b>11</b>	<b>95</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>(14)</b>	<b>1.836</b>
Despesas vendas/adm.	(113)	(20)	(4)	(20)	(6)	(19)	(122)	(304)
Depreciação	161	42	1	26	6	6	0	242
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>733</b>	<b>1.040</b>	<b>8</b>	<b>101</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>(136)</b>	<b>1.773</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>29%</b>	<b>68%</b>	<b>26%</b>	<b>40%</b>	<b>46%</b>	<b>11%</b>		<b>41%</b>

1º TRI 2011								R\$ milhões
Resultado Consolidado	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Eliminação/ Desp.Corp.	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
<b>Receitas</b>	<b>2.305</b>	<b>1.210</b>	<b>37</b>	<b>232</b>	<b>29</b>	<b>63</b>	<b>(85)</b>	<b>3.789</b>
Mercado interno	1.965	195	37	232	29	63	(79)	2.441
Mercado externo	339	1.015	-	-	-	-	(6)	1.348
Custo prod. /serv.vendidos	(1.635)	(436)	(21)	(145)	(10)	(49)	63	(2.233)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>670</b>	<b>774</b>	<b>16</b>	<b>87</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>(22)</b>	<b>1.556</b>
Despesas vendas/adm.	(118)	(18)	(4)	(20)	(6)	(12)	(64)	(241)
Depreciação	141	36	1	26	6	4	1	215
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>693</b>	<b>792</b>	<b>13</b>	<b>92</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>(85)</b>	<b>1.529</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>30%</b>	<b>65%</b>	<b>36%</b>	<b>40%</b>	<b>64%</b>	<b>9%</b>		<b>40%</b>

## Siderurgia

### Cenário

De acordo com o IABr o consumo aparente de produtos siderúrgicos no Brasil alcançou 12,6 milhões de toneladas no primeiro semestre de 2011, o que representa uma queda de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Do total consumido, 1,7 milhão de toneladas foram importados de outros países, o que representa uma queda de 36,7% na importação de aço no Brasil no 1S11.

Ainda de acordo com o IABr, a siderurgia brasileira produziu 17,7 milhões de toneladas de aço bruto no acumulado de janeiro a junho, o que representa um crescimento de 8% sobre o mesmo período do ano passado. Já a produção de aços laminados planos alcançou 7,3 milhões de toneladas, queda de 7% em relação ao 1S10.

As vendas internas de aços planos no 1S11 alcançaram 5,9 milhões de toneladas, apresentando uma queda de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as exportações do produto no 1S11 totalizaram 1,3 milhão de toneladas, representando aumento de 13% quando comparado com o mesmo período de 2010.

O IABr mantém projeções positivas para o setor. Espera-se que o consumo aparente nacional atinja este ano 27,8 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos, representando aumento de 6,4% em relação a 2010. Estas expectativas se baseiam no crescimento moderado da indústria em geral, nos aumentos mais expressivos nos segmentos de equipamentos destinados à indústria de petróleo e gás, Copa do Mundo e Olimpíadas.

### Segmentos

**Automotivo:** O setor automotivo continua aquecido; os resultados do primeiro semestre demonstram que o mercado vem seguindo a tendência de crescimento e a expectativa é que o ano termine com aumento nas vendas entre 5% e 8%. As perspectivas são boas e todos os olhares estão voltados para o mercado automotivo brasileiro, com grandes investimentos previstos. Até o momento o segmento automotivo recebeu a garantia de R\$32 bilhões em investimentos para o aumento da capacidade de produção, o que deve acrescentar 1,3 milhão de unidades de veículos até 2015, sem contar os projetos de novas unidades industriais.

## Comentário do Desempenho

A produção de veículos registrou recorde histórico no primeiro semestre do ano, totalizando 1,71 milhão de unidades produzidas, crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2010. No 2T11 a produção alcançou 882 mil unidades, crescimento de 6% quando comparado ao 1T11. O volume de veículos exportados cresceu 3% no 1S11 em relação ao mesmo período de 2010, atingindo 249,9 mil unidades.

De acordo com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) as vendas do primeiro semestre totalizaram 1,73 milhão de veículos, alta de 10% em relação ao mesmo período de 2010. Já as vendas do 2T11 alcançaram 912 mil unidades, resultado 11% maior que o trimestre anterior. De acordo com a Anfavea as vendas de autoveículos em 2011 devem totalizar 3,7 milhões de unidades, o que representará alta de 5% em relação a 2010.

**Máquinas Agrícolas:** No primeiro semestre deste ano, foram produzidas cerca de 41 mil máquinas agrícolas, número 7,2% menor que o mesmo período de 2010. As vendas no período apresentaram desempenho semelhante, com queda de 7% em relação ao 1S10.

O volume de vendas deve fechar o ano 2011 estável em relação a 2010, com 68,5 mil unidades comercializadas. Já as exportações de máquinas agrícolas deverão cair 4,8% .

### Construção Civil:

Segundo os principais institutos, o setor de construção deverá crescer acima do PIB Brasileiro. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) projeta o crescimento do PIB da construção civil em 8,5% comparado com o ano de 2010. Já a ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção) estima um crescimento de 5% em 2011 frente ao ano anterior.

O varejo de materiais de construção civil é responsável por 77% do consumo dos produtos do setor e segundo a ANAMACO (Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção) o segmento cresceu 3,5% no primeiro semestre de 2011 em relação ao 1S10. A projeção da associação para 2011 é um crescimento na ordem de 6%, 2 pontos percentuais acima do PIB Brasileiro.

O governo brasileiro lançou no 1S11 a segunda etapa do projeto Minha Casa Minha Vida que espera concluir a construção de 2 milhões de moradias até 2014. A Caixa Econômica Federal deverá destinar mais de R\$120 bilhões para a segunda etapa do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, frente aos R\$53 bilhões da primeira etapa.

Conforme estudo FGV-ABRAMAT, o faturamento real do setor deverá chegar a R\$188 bilhões em 2016, quase o dobro do registrado em 2009. Esta perspectiva de crescimento sustentável, incentiva o empresariado a investir no setor.

**Grande Rede:** Segundo o Instituto Nacional da Distribuição de Aço (INDA) as vendas no primeiro semestre atingiram 2,1 milhões de toneladas, aumento de 7,8% em comparação ao 1S10. Por outro lado as compras pela rede associada, no 1S11, totalizaram 2,1 milhões de toneladas, retração de 9,3% frente ao mesmo período de 2010.

As importações do 1S11 caíram significativamente se comparadas ao mesmo período de 2010. No acumulado do ano foram importadas 810 mil toneladas contra 1,7 milhão do 1S10, queda de 53%. Já no 2T11 o volume importado atingiu 398 mil toneladas, uma retração de 3% frente ao 1T11.

Apesar da redução nas importações, o volume de estoques continua acima do nível histórico de 2,7 meses de vendas. No mês de junho o giro dos estoques ficou em 3,7 meses.

**Linha Branca:** As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste continuam aquecendo as vendas do setor. As novas tecnologias e a ascensão do consumo da classe C repercutem positivamente na demanda do segmento.

A alta dos juros no varejo vem sendo acompanhada por maiores prazos de pagamento dos eletrodomésticos, o que favorece os consumidores de menor renda.

## Comentário do Desempenho

De acordo com a Eletros, no primeiro semestre deste ano, as vendas de lavadoras de roupa cresceram 20% sobre o mesmo intervalo de 2010, atingindo 3,6 milhões de unidades. Já os refrigeradores, no mesmo período, tiveram crescimento de vendas de 7%, chegando a 2,8 milhões de unidades.

Em meio a este cenário, foram anunciados no primeiro semestre mais de R\$ 500 milhões em investimentos do setor em ampliação e construção de fábricas. A Eletros, entidade responsável pelo setor, prevê aumento nas vendas de 10% em 2011.

### Receita Líquida

No 2T11, a receita líquida do segmento de siderurgia atingiu R\$2.513 milhões, um crescimento de 9% em relação ao 1T11, basicamente em função do maior volume de vendas no mercado interno.

### Volume de Vendas Totais

No 2T11, o volume de aço comercializado foi de 1,3 milhão de toneladas, representando um aumento de 7% em comparação ao 1T11. Desse total, 86% foi comercializado no mercado interno, 10% nas subsidiárias no exterior e 4% nas exportações.

### Volume de Vendas Mercado Interno

No 2T11, as vendas no mercado interno totalizaram 1,1 milhão de toneladas, representando um aumento de 8% em relação ao 1T11, por conta da maior demanda de aços planos no mercado brasileiro.

### Volume de Vendas Mercado Externo

No 2T11, o volume exportado pela companhia foi de 180 mil toneladas, uma redução de 3% em relação ao volume exportado no 1T11. As vendas efetuadas pela CSN LLC e Lusosider totalizaram 124 mil toneladas e as exportações diretas chegaram a 56 mil toneladas.

### Preços

A receita líquida média por tonelada no 2T11 foi de R\$1.898, um acréscimo de 2% em relação ao 1T11, por conta do aumento concedido em meados do 2T11 no mercado interno.

### Produção

No 2T11 a produção de aço bruto da Companhia atingiu 1,2 milhão de toneladas representando um crescimento de 10% em relação ao 1T11, enquanto a produção de laminados chegou a 1,2 milhão de toneladas, um crescimento de 17% em relação ao 1T11.

Produção (mil toneladas)	2° Tri10	1° Tri11	2° Tri11	Variação	
				2T11 x 2T10	2T11 x 1T11
Aço Bruto (Usina Pres. Vargas)	1.199	1.132	1.243	4%	10%
Total Laminados	1.267	1.034	1.212	-4%	17%

### Custo dos Produtos Vendidos

No 2T11, o custo de produtos vendidos do segmento de siderurgia atingiu R\$1,83 bilhão, um crescimento de 12% em relação ao CPV de R\$1,63 bilhão registrado no 1T11, basicamente devido ao maior volume de vendas no trimestre.

Na comparação com o 2T10, o CPV do segmento de siderurgia aumentou 16%, principalmente em função dos custos das matérias primas.

### Custo de Produção (Controladora)

No 2T11, o custo total de produção siderúrgica atingiu R\$1,5 bilhão, um aumento de 15% ou R\$0,2 bilhão em relação ao custo total registrado no 1T11 de R\$1,3 bilhão.

## Comentário do Desempenho

**Matérias-primas:** aumento de R\$149 milhões nas seguintes matérias-primas, principalmente por conta do:

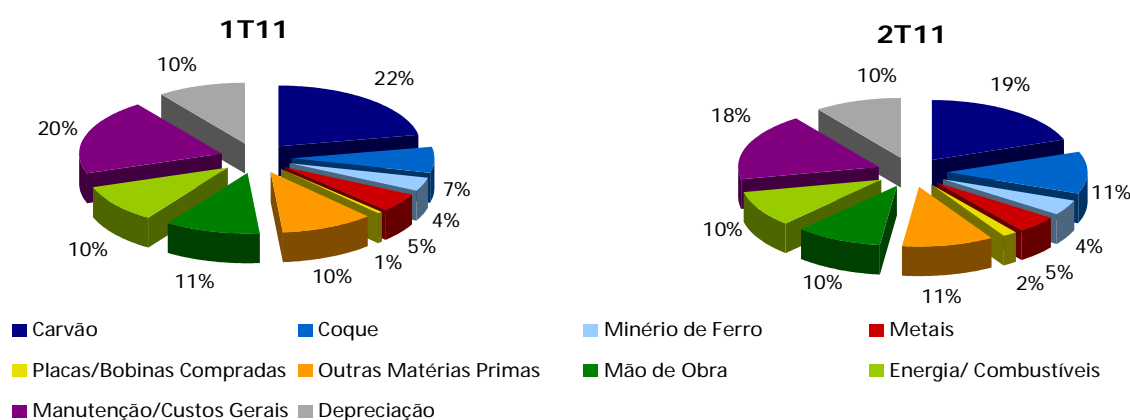
- **Coque:** aumento de R\$77 milhões, principalmente em função do maior consumo;
- **Carvão:** aumento de R\$6 milhões, em função do maior consumo;
- **Bobinas adquiridas de terceiros:** aumento de R\$32 milhões, em função do maior consumo;
- **Sucata:** aumento de R\$11 milhões, devido ao maior consumo;
- **Outras matérias-primas:** aumento de R\$23 milhões, também pelo maior consumo.

**Mão-de-obra:** apresentou um pequeno aumento de R\$7 milhões com o reajuste salarial do último acordo coletivo.

**Outros custos de fabricação:** crescimento de R\$25 milhões, principalmente em suprimentos e manutenção.

**Depreciação:** aumento de R\$18 milhões em função de novas incorporações de ativos.

### CUSTO DE PRODUÇÃO SIDERÚRGICA (Controladora)



### EBITDA ajustado

No 2T11, o EBITDA ajustado do segmento de siderurgia atingiu R\$733 milhões, um crescimento de 6% em relação aos R\$693 milhões registrados no 1T11, basicamente em função do maior volume de vendas no mercado interno. A margem EBITDA ajustada do segmento de siderurgia no 2T11 atingiu 29%, em linha em relação à registrada no 1T11.

## Mineração

### Cenário

Após um intenso início de ano, o 2º trimestre de 2011 refletiu o ambiente de intensificação da crise na União Européia, aperto monetário na China e elevação da inflação devido o aumento nos preços das commodities. Tais eventos tiveram impactos sobre a demanda global, repercutindo no mercado de minério de ferro.

Nos primeiros cinco meses de 2011, as exportações brasileiras de minério de ferro atingiram 122 milhões de toneladas, volume 4,5% superior ao mesmo período de 2010.

As expectativas para o mercado de minério de ferro continuam positivas, o mercado deverá permanecer com excesso de demanda até 2015. Mesmo diante de um cenário de constantes anúncios de expansões e novos projetos em mineração é essencial a análise levar em conta o binômio quantidade e qualidade. Muitos projetos necessitarão de concentração em larga escala para atender as necessidades das siderúrgicas. Além disso outros entraves como: financiamento, infra-estrutura, licença ambiental e qualidade são fatores que impactam ou

## Comentário do Desempenho

inviabilizam a entrada desses novos projetos. De acordo com a Macquarie o mercado permanecerá demandado até o final da década e prevê o preço em aproximadamente USD150/dmt até 2015.

O foco da urbanização chinesa e forte consumo interno deverão continuar a ditar a demanda de minério de ferro nos próximos 10 anos. As importações de minério de ferro da China, no período de janeiro a maio/2011, já estão 8% acima das importações no mesmo período do ano passado, mesmo diante das recentes restrições econômicas. A maioria dos economistas prevê que a China continuará crescendo a um ritmo mais ameno, o que vai de acordo com as diretrizes do *China's Five Year Plan* e se refletem nos fortes fundamentos.

De acordo com a fórmula de precificação de minério de ferro, amplamente usada no mercado, os preços praticados no segundo trimestre tiveram como base os preços no mercado spot no período de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011.

Para o terceiro trimestre estima-se um preço base Platts 62% Fe CFR cerca de 1,2% abaixo dos níveis praticados no 2T11.

### Vendas de Minério de Ferro

No 2T11, as vendas de produtos acabados de minério de ferro da CSN e Namisa para terceiros atingiram o recorde de 6,7 milhões de toneladas<sup>1</sup>, um crescimento de 8% em relação ao 2T10 e de 2% em relação ao 1T11. Deste total, as exportações representaram 6,3 milhões de toneladas, com 2,3 milhões de toneladas de minério de ferro vendidas pela Namisa. O volume de minério de ferro destinado ao consumo próprio totalizou 1,7 milhão de toneladas no 2T11.

No 1S11, o volume vendido de produtos acabados de minério de ferro somou 13,3 milhões de toneladas<sup>1</sup>, também um recorde da Companhia, com crescimento de 13% em relação ao mesmo período de 2010. As exportações representaram 12,4 milhões de toneladas, com 6,0 milhões de toneladas de minério de ferro vendidas pela Namisa. O volume de minério de ferro destinado ao consumo próprio totalizou 3,4 milhões de toneladas no 1S11.

Considerando a participação de 60% da CSN na Namisa, as vendas atingiram 5,8 milhões de toneladas no 2T11, um crescimento de 26% em relação ao 2T10 e de 14% em relação ao 1T11. No 1S11, as vendas considerando a participação de 60% na Namisa somaram 11,0 milhões de toneladas, um crescimento de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior.

### Receita Líquida

No 2T11, a receita líquida somou R\$1,5 bilhão, recorde da Companhia, representando um crescimento de 26% em relação ao 1T11, refletindo, principalmente, os maiores preços praticados no período. Em relação ao 2T10, o crescimento da receita líquida atingiu 80%, refletindo os maiores preços e volumes no segundo trimestre de 2011.

No 1S11, a receita líquida de mineração atingiu o recorde de R\$2,7 bilhões, com um crescimento de 110% em relação ao mesmo período de 2010.

### Custo dos Produtos Vendidos

No 2T11, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$506 milhões, um crescimento de 16% na comparação com o 1T11, em função do maior volume vendido.

No acumulado de 2011, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$942 milhões, um crescimento de 94% em relação ao mesmo período de 2010.

### EBITDA ajustado

No 2T11, o EBITDA ajustado totalizou R\$1,04 bilhão, um crescimento de 31% em relação ao 1T11. A margem EBITDA ajustada foi de 68% no 2T11, um aumento de 3 p.p. em relação ao 1T11. O crescimento do EBITDA e da margem EBITDA refletem os maiores preços praticados no 2T11.

## Comentário do Desempenho

No acumulado de 2011, o EBITDA atingiu R\$1,8 bilhão, um crescimento de 124% em relação ao 1S10. A margem EBITDA no 1S11 alcançou 67%, um aumento de 4 p.p.

<sup>1</sup> Volumes de vendas incluem 100% de participação na NAMISA.

## Logística

### Cenário

#### Logística Portuária

Segundo os dados mais recentes divulgados pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), a atividade portuária no Brasil permanece aquecida. No primeiro trimestre de 2011, o total de cargas atingiu 200,6 milhões de toneladas, um crescimento de 8% em relação ao mesmo período de 2010. O volume de minério de ferro transportado cresceu 4% no primeiro trimestre deste ano e atingiu 72,3 milhões de toneladas. A movimentação de contêineres no 1T11 totalizou 1,73 milhões de TEUs, um crescimento de 18% em relação ao 1T10.

#### Logística Ferroviária

De acordo com Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), o transporte ferroviário deve aumentar sua importância dentro do cenário logístico brasileiro nos próximos anos. A associação estima um aumento da malha ferroviária brasileira dos atuais 28 mil quilômetros, em 2010, para 49 mil quilômetros em 2023 e um crescimento da participação ferroviária na matriz de transporte nacional de 25% para 32% no mesmo período. Em relação a produção ferroviária, a estimativa da ANTF para 2011 é de 315 bilhões de TKU (toneladas transportadas por quilômetro útil).

### 1. Logística Ferroviária

#### Análise do resultado

Os resultados do 2T11 da MRS e da Transnordestina ainda não haviam sido divulgados até a data deste release.

No 2T11, a receita líquida consolidada do segmento de logística ferroviária atingiu R\$256 milhões, o custo dos produtos vendidos foi de R\$161 milhões e o EBITDA ajustado totalizou R\$101 milhões, com uma margem EBITDA ajustada de 39%.

No 1S11, a receita líquida totalizou R\$488 milhões, o custo dos produtos vendidos foi de R\$307 milhões e o EBITDA ajustado totalizou R\$193 milhões, com uma margem EBITDA de 40%.

### 2. Logística Portuária

#### Análise do resultado

No 2T11, a receita líquida consolidada do segmento de logística portuária atingiu R\$32 milhões, o custo dos produtos vendidos foi de R\$21 milhões e o EBITDA ajustado totalizou R\$8 milhões, com uma margem EBITDA ajustada de 26%.

No 1S11, a receita líquida totalizou R\$69 milhões, o custo dos produtos vendidos foi de R\$41 milhões e o EBITDA ajustado totalizou R\$21 milhões, com uma margem EBITDA de 31%.

## Comentário do Desempenho

### Cimento

#### Cenário

Dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic) mostram que as vendas de cimento no mercado interno cresceram 7,8% no primeiro semestre em relação a igual período do ano anterior, totalizando 30 milhões de toneladas. No mês de junho foram vendidas 5,4 milhões de toneladas, indicando acréscimo de 11,5% frente a igual período do ano anterior.

No acumulado de 12 meses, foram comercializadas 61 milhões de toneladas, 11% acima do mesmo período de 2010. Estes resultados são atribuídos ao crescimento do crédito à casa própria, maturação dos investimentos do programa "Minha Casa Minha Vida", bem como a manutenção do emprego e melhoria do nível de renda.

O sindicato projeta alta entre 6% e 7% nas vendas para este ano, chegando a um volume próximo de 63 milhões de toneladas.

#### Análise do resultado

No 2T11, o volume de vendas do segmento de cimentos alcançou 429 mil toneladas, a receita líquida foi de R\$83 milhões com um custo de produtos vendidos na ordem de R\$60 milhões.

O EBITDA ajustado no 2T11 foi de R\$9 milhões e a margem EBITDA ajustada foi de 11%.

No 1S11, as vendas do segmento de cimento totalizaram 764 mil toneladas, a receita líquida alcançou R\$145 milhões e o custo de produtos vendidos foi de R\$109 milhões. O EBITDA ajustado foi de R\$ 15 milhões e a margem EBITDA ajustada foi de 10%.

### Energia

#### Cenário

O mercado de energia elétrica apresentou crescimento moderado do consumo no 2T11. Nos meses de abril e maio, a taxa acumula alta de 2,59% sobre igual período do ano anterior, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia.

Os setores que mais contribuíram para este desempenho foram o comercial, residencial e o industrial com crescimento de 5,42%, 2,90% e 1,92%, respectivamente.

A despeito do aumento do consumo de energia elétrica, o equilíbrio estrutural entre a oferta e demanda de energia durante os próximos 5 anos está assegurado, de acordo com o estudo *Projeção da Demanda de Energia Elétrica* publicado, recentemente, pela EPE.

Esta situação favorável deve-se, principalmente, ao crescimento da oferta agregada de energia, contratada nos leilões promovidos pelo governo federal, em níveis mais elevados que o aumento da demanda, projetada em 5% a.a.

#### Análise do resultado

No 2T11, a receita líquida do segmento de energia atingiu R\$37 milhões, o custo de serviços vendidos foi de R\$19 milhões e o EBITDA ajustado totalizou R\$17 milhões, enquanto a margem EBITDA ajustada chegou a 46%.

No 1S11, a receita líquida do segmento de energia totalizou R\$66 milhões, o custo de serviços vendidos foi de R\$29 milhões e o EBITDA ajustado foi de R\$35 milhões, com uma margem EBITDA de 54%.

**Comentário do Desempenho****Mercado de Capitais**

No 2T11, as ações da CSN na BM&FBovespa apresentaram uma desvalorização de 24%, com um volume médio diário de R\$ 70,9 milhões. Na NYSE, os volumes médios diários de ADRs negociados atingiram U\$63,0 milhões.

<b>Rentabilidade - CSNA3 / SID / IBOVESPA / DOW JONES</b>			
	<b>1T11</b>	<b>2T11</b>	<b>1S11</b>
<b>Nº de ações</b>	<b>1.483.033.685</b>	<b>1.483.033.685</b>	<b>1.483.033.685</b>
<b>Valor de Mercado</b>			
Cotação de Fechamento (R\$/ação)	25,29	19,19	19,19
Cotação de Fechamento (US\$/ADR)	16,49	12,46	12,46
Valor de Mercado (R\$ milhões)	36.873	27.978	27.978
Valor de Mercado (US\$ milhões)	24.042	18.166	18.166
<b>Retorno total inclusive dividendos e JCP*</b>			
CSNA3	0%	-24%	-24%
SID	0%	-24%	-24%
Ibovespa	-1%	-9%	-10%
Dow Jones	6%	1%	7%
<b>Volume</b>			
Média diária (mil ações)	3.036	3.169	3.103
Média diária (R\$ mil)	83.539	70.931	77.184
Média diária (mil ADRs)	4.377	4.453	4.415
Média diária (US\$ mil)	73.485	62.996	68.198

Fonte: *Econômica*

\* Os dados foram ajustados retroativamente pelo desdobramento de ações ocorrido em 25/03/2010

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Companhia”).

A CSN é uma Companhia que possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais da CSN estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos e Portugal com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda calcário e dolomito em filiais no Estado de Minas Gerais e estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Cimentos:**

A Companhia entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios: a CSN Cimentos, que já está produzindo cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Atualmente o clínquer utilizado na fabricação do cimento em sua grande proporção é adquirido de terceiros, porém, começou a ser produzido pela CSN Cimentos no início de 2011 com a conclusão da primeira etapa da fábrica em Arcos (MG), onde a CSN possui ainda uma mina de calcário.

- **Logística**

*Ferrovias:*

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística, que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística, que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

*Portos:*

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon, o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

---

## Notas Explicativas

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia tem investido em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua auto-suficiência.

Veja maiores detalhes dos investimentos estratégicos e segmentos da Companhia na Nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

## 2. RESUMOS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### (a) Base de preparação

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e respectivas normas expedidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

As informações trimestrais individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às informações trimestrais.

A preparação das informações trimestrais em conformidade com o IFRS e BR GAAP requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório, e referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das informações trimestrais considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 02 de agosto de 2011.

### (b) Informações trimestrais consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As informações trimestrais consolidadas no período findo em 30 de junho de 2011 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic e Mugen, conforme demonstrado a seguir:

## Notas Explicativas

### • Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	30/06/2011	31/12/2010	
<b>Participação direta: consolidação integral</b>			
CSN Islands VII	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII	100,00	100,00	Operações financeiras
Tangua	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals (1)	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Metals (2)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas (3)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Aços Longos - Incorporada pela controladora em 28/01/2011		99,99	Indústria e comércio de produtos siderúrgicos e/ou metalúrgicos
Florestal Nacional (4)	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia - ERSA	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Cia Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos	99,99	99,99	Fabricação de cimento
Inal Nordeste - Incorporada pela controladora em 30/05/2011		99,99	Centro de serviços de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
Transnordestina Logística	82,91	76,45	Logística ferroviária
<b>Participação indireta: consolidação integral</b>			
CSN Aceros	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderurgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe (5)	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Portugal (6)	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos	100,00	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos	99,94	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources (7)	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Finance UK Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings UK Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
Itamambuca Participações - Incorporada pela controladora em 30/05/2011		99,99	Mineração e participações societárias
<b>Participação direta: consolidação proporcional</b>			
Nacional Minérios (NAMISA)	59,99	59,99	Mineração e participações societárias
Itá Energética	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
MRS Logística	22,93	22,93	Transporte ferroviário
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Aceros Del Orinoco	22,73	22,73	Companhia dormente
<b>Participação indireta: consolidação proporcional</b>			
Namisa International Minerios SLU	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Europe	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
MRS Logística	10,34	10,34	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco	9,08	9,08	Companhia dormente

- (1) Nova razão social da CSN Energy, alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (2) Nova razão social da CSN Overseas, alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (3) Nova razão social da CSN Panamá, alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (4) Nova razão social da Itaguaí Logística, alterado em 27 de dezembro de 2010.
- (5) Nova razão social da CSN Madeira, alterado em 08 de janeiro de 2010.
- (6) Nova razão social da Hickory, alterado em 08 de janeiro de 2010.
- (7) Nova razão social da CSN Cement, alterado em 18 de junho de 2010.

## Notas Explicativas

- Fundos exclusivos**

Sociedades com propósitos específicos	Participação no		Atividades principais
	30/06/2011	31/12/2010	
<b>Participação direta: consolidação integral</b>			
DIPLIC - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). A data base das informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

- Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

- Controladas em conjunto**

As informações trimestrais de controladas em conjunto são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle compartilhado deixa de existir. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente.

### (c) Informação trimestral individual

Nas informações trimestrais individuais, as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas. No caso da CSN, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme o IFRS seria o custo ou valor justo.

### (d) Moedas estrangeiras

#### i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

#### ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período de 30 de junho de 2011 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado,

## Notas Explicativas

exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, em 30 de junho de 2011, US\$1 equivale a R\$1,5611 (R\$1,6662 em 31 de dezembro de 2010), EUR 1 equivale a R\$2,2667 (R\$2,2280 em 31 de dezembro de 2010) e JPY 1 equivale a R\$0,0194 (R\$0,0205 em 31 de dezembro de 2010).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

### iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e.
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

### (e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

### (f) Contas a receber de clientes

Registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das informações trimestrais. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da

## Notas Explicativas

Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa provisão.

### (g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas adequadas. A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas no seu ciclo operacional, que são classificadas como outros ativos circulantes, em vez de estoques.

### (h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas informações trimestrais individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

### (i) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica remanescente dos bens conforme nota 12, a exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/ outras despesas operacionais".

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. Gastos com exploração são despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração, após esse período os custos subsequentes de desenvolvimento são capitalizados.

### (j) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

## Notas Explicativas

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas informações trimestrais consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil econômica estimada.

### **(k) Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### **(l) Benefícios a empregados**

#### **i. Benefícios a Empregados**

##### **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

##### **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano

## Notas Explicativas

através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes.

### ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores está vinculada ao alcance de metas operacionais e financeiras, substancialmente alocadas ao custo de produção, quando aplicável, às despesas gerais e administrativas.

### (m) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### (n) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

### (o) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

## Notas Explicativas

### (p) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

### (q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### (r) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num

## Notas Explicativas

futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **(s) Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro por ações diluído é igual ao lucro por ações básico.

### **(t) Custos ambientais e restauração de áreas**

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

### **(u) Pesquisa e desenvolvimento**

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para o período findo em 30 de junho de 2011 foi R\$3.130 (R\$737 em 30 de junho de 2010).

### **(v) Instrumentos financeiros**

#### **i) Classificação**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

## Notas Explicativas

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

### ii) Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos

## Notas Explicativas

monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia, na data do balanço, avalia se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão *impaired*. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Impairment de ativos financeiros**

### Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

## Notas Explicativas

- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

### Ativos classificados como disponíveis para venda

A CSN avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a CSN usa os critérios mencionados acima. No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante e prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

### iii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

#### • Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior

Qualquer ganho ou perda do instrumento relacionado com a parcela efetiva é reconhecido no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

#### • Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

### (w) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela

## Notas Explicativas

Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide Nota 26).

### (x) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos e despesas correspondentes.

## 3. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

### a) Transações com a Controladora

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 47,86% de participação no capital votante.

Em 27 de dezembro de 2010, a Rio IACO adquiriu 3,99% de participação na CSN pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS") se tornando parte do grupo controlador.

A CSN registrou os juros sobre o capital próprio do período para a Vicunha Siderurgia e Rio Iaco, cujo montante acumulado em 30 de junho de 2011 está indicado no quadro abaixo de acordo com o percentual de participação da Vicunha Siderurgia e Rio Iaco na CSN, até a data de fechamento dessas informações trimestrais.

Empresas	Dividendo mínimo obrigatório	JCP propostos	Dividendo adicional proposto	Total	Dividendos distribuídos	JCP Pagos
Vicunha Siderurgia		104.661		<b>104.661</b>	717.835	170.746
Rio Iaco		8.728		<b>8.728</b>	59.871	14.241
<b>Total em 30/06/2011</b>		<b>113.389</b>		<b>113.389</b>	<b>777.706</b>	<b>184.987</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>141.174</b>	<b>184.985</b>	<b>636.509</b>	<b>962.668</b>	<b>717.834</b>	<b>33.499</b>

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não revisadas):

Vicunha Aços S.A. – detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.

National Steel S.A. – detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.

CFL Participações S.A. – detém participação de 40% na National Steel S.A e 39,99% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 60% na National Steel S.A, 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

### b) Transações com controladas em conjunto

As áreas estratégicas de mineração, logística e energia mantêm participação em empresas com controle conjunto. As características, objetivos e as transações com essas companhias são demonstradas a seguir:

## Notas Explicativas

### • Ativo

Empresas	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuo (*)	Total
Nacional Minérios	155.842	587.770		743.612
MRS Logística	670	23.900		24.570
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>156.512</b>	<b>611.670</b>		<b>768.182</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>47.268</b>	<b>616.989</b>	<b>1.241.095</b>	<b>1.905.352</b>

(\*) Em 29 de abril de 2011 a Nacional Minérios S. A. liquidou antecipadamente conforme previsto em contrato a operação de mútuo no montante de R\$ 1.224.657 (sendo R\$1.197.800 de principal e R\$ 26.857 de juros).

### • Passivo

Empresas	Adiantamento de clientes	Conta Corrente	Outras	Total
Nacional Minérios	8.039.182	12.162		8.051.344
MRS Logística			18.652	18.652
Itá Energética			9.913	9.913
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>8.039.182</b>	<b>12.162</b>	<b>28.565</b>	<b>8.079.909</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>7.924.542</b>	<b>18.423</b>	<b>68.340</b>	<b>8.011.305</b>

Nacional Minérios: O adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para junho de 2042.

MRS Logística: Em outras contas a pagar registramos o montante provisionado para cobrir despesas contratuais de *take or pay* e *block rates* relativo ao contrato de transporte ferroviário.

Itá Energética: Refere-se ao fornecimento de energia elétrica que é faturada em condições normais do mercado brasileiro de energia, regulamentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

### • Resultado

Empresas	Receitas			Despesas		
	Vendas	Juros e variações monetárias	Total	Compras	Juros e variações monetárias	Total
Nacional Minérios	500.335	42.412	542.747	13.155	478.448	491.603
MRS Logística				176.901		176.901
Itá Energética				55.155		55.155
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>500.335</b>	<b>42.412</b>	<b>542.747</b>	<b>245.211</b>	<b>478.448</b>	<b>723.659</b>
<b>Total em 30/06/2010</b>	<b>290.637</b>	<b>51.731</b>	<b>342.368</b>	<b>235.348</b>	<b>462.614</b>	<b>697.962</b>

As principais operações da Companhia com as controladas em conjunto são as operações de venda e compras de produtos e serviços, que incluem o fornecimento de minério de ferro, prestação de serviços portuários e transportes ferroviários, assim como fornecimento de energia elétrica para as operações.

## Notas Explicativas

### c) Transações com controladas e sociedades de propósitos específicos (fundos exclusivos)

#### • Ativo

Empresas	Contas a receber	Aplicações financeiras / Investimentos (1)	Empréstimos (2)/ Adiantamentos	Dividendos a receber	Adiantamento para futuro aumento de capital	Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	Total
CSN Islands VIII					3.950	246.287	250.237
CSN Portugal	481.931						481.931
CSN Europe	201.507						201.507
CSN Export	86.395						86.395
Lusosider	34.863						34.863
International Investment Fund			19.802				19.802
Companhia Metalúrgica	223.979				41.000		264.979
CSN Cimentos	2.590				744.094		746.684
Cia. Metalic Nordeste	4.165						4.165
Estanho Rondônia			534				534
Transnordestina Logística					53.505		53.505
Florestal Nacional			154.468				154.468
Sepetiba Tecon	144			16.503			16.647
Mineração Nacional				12			12
CSN Energia					3.000		3.000
Fundos Exclusivos		899.175					899.175
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>1.035.574</b>	<b>899.175</b>	<b>174.804</b>	<b>16.515</b>	<b>845.549</b>	<b>246.287</b>	<b>3.217.904</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>814.409</b>	<b>204.677</b>	<b>141.639</b>	<b>5.555</b>	<b>1.252.801</b>	<b>254.231</b>	<b>2.673.613</b>

(1) As aplicações financeiras e os investimentos nos fundos exclusivos são administrados pelo Banco BTG Pactual. As aplicações financeiras totalizam R\$711.552 e os investimentos em ações da Usiminas totalizam R\$187.623 classificados como investimentos disponíveis para venda.

(2) International Investment Fund - Contrato em US\$: juros de 4,3% a.a. com vencimento indeterminado.

Florestal Nacional – Contratos em R\$: Juros de 100,5% a 105,5% CDI com vencimento prorrogado para 31 de janeiro de 2012 (vencimento anterior: 01 de julho de 2011).

(3) Contrato de instrumentos financeiros, especificamente Swap entre CSN e Islands VIII.

As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora e as controladas.

#### • Passivo

Empresas	Empréstimos e financiamentos			Contas a pagar		Total
	Pré-pagamento (1)	Fixed Rate Notes(2)	Empréstimos e Intercompany Bonds (2)	Mútuos (3) / Contas correntes	Outros	
CSN Islands VIII		1.148.812		1.434		1.150.246
CSN Portugal	291.941					291.941
CSN Europe			16.450	34.042		50.492
CSN Resources	1.662.120	691.096	1.464.300			3.817.516
CSN Aceros				15.693		15.693
CSN Ibéria				36.820		36.820
Estanho Rondônia					5.222	5.222
Congonhas Minérios			1.295.996			1.295.996
Outras (*)					5.286	5.286
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>1.954.061</b>	<b>1.839.908</b>	<b>2.776.746</b>	<b>87.989</b>	<b>10.508</b>	<b>6.669.212</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>2.080.721</b>	<b>1.955.135</b>	<b>2.253.838</b>	<b>570.257</b>	<b>43.774</b>	<b>6.903.725</b>

## Notas Explicativas

As transações com essas controladas estão realizadas a condições de mercado.

- (1) Contratos em US\$ - CSN Portugal: juros de 6,15% e 7,43% a.a. com vencimento em maio de 2015.  
Contratos em US\$ - CSN Resources: juros de 2,26% a 10,00% a.a. com vencimento em junho de 2018.
- (2) Contratos em YEN – CSN Islands VIII: juros de 5,65% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.  
Contratos em US\$ – CSN Resources: juros de 4,14% a.a. com vencimento em julho de 2015.  
Contratos em US\$ - CSN Europe: libor semestral + 2,25% a.a. com vencimento em 15 de setembro de 2011  
Contratos em US\$ - CSN Resources: intercompany bonds juros de 9,125% a.a. com vencimento em 01 de junho de 2047.  
Contratos em US\$ - CSN Resources: 2,01% a 3,99% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.  
Contratos em R\$ - Congonhas Minérios: 100,3% a 105,5% do CDI a.a. com vencimento prorrogado para 31 de janeiro de 2012 (vencimento anterior: 01 de julho de 2011).
- (3) Contratos em US\$ - CSN Ibéria: libor semestral + 3% a.a. com vencimento indeterminado.
- (\*) Outros: CSN Cimentos, Companhia Metalúrgica Prada, Cia. Metalic Nordeste e Sepetiba Tecon.

### • Resultado

Empresas	Receitas			Despesas		
	Vendas	Juros e variações monetárias e cambiais	Total	Compras	Juros e variações monetárias e cambiais	Total
CSN Islands V/III		48.630	48.630		33.054	33.054
CSN Portugal	428.963	20.406	449.369		42.052	42.052
CSN Europe	157.402	4.029	161.431		14.570	14.570
CSN Resources		261.111	261.111		120.521	120.521
CSN Export	8.644	2.680	11.324		7.126	7.126
Lusosider	35.503		35.503		639	639
International Investment Fund		376	376		1.297	1.297
CSN Ibéria		2.869	2.869		516	516
CSN Aceros		1.057	1.057			
Inal Nordeste	32.082		32.082	74		74
Companhia Metalúrgica Prada	568.553		568.553	6.600		6.600
CSN Cimentos	10.645		10.645	206		206
Cia. Metalic Nordeste	40.281		40.281	1.302		1.302
Estanho de Rondônia				41.474		41.474
Florestal Nacional		7.989	7.989			
Sepetiba Tecon	2.115		2.115	1.069		1.069
Fundos Exclusivos					151.213	151.213
Congonhas Minérios					70.156	70.156
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>1.284.188</b>	<b>349.146</b>	<b>1.633.334</b>	<b>50.725</b>	<b>441.145</b>	<b>491.870</b>
<b>Total em 30/06/2010</b>	<b>1.081.403</b>	<b>229.099</b>	<b>1.310.502</b>	<b>31.065</b>	<b>421.572</b>	<b>452.637</b>

As principais operações da Companhia com as controladas são as operações de venda e compras de produtos e serviços, que incluem o fornecimento de minério de ferro, aço e prestação de serviços portuários.

### d) Outras partes relacionadas

#### • CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes.

## Notas Explicativas

Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 28.

### • Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é mantenedora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

### • Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

### • CBL – Companhia Brasileira de Latas

A CBL – Companhia Brasileira de Latas é uma empresa que atua na fabricação de embalagens metálicas de aço, para os segmentos alimentício e químico, fornecendo para as principais empresas do mercado.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia mantém no longo prazo, contas a receber no montante de R\$239.039 (R\$239.039 em 31 de dezembro de 2010) que está devidamente provisionado.

Os saldos das transações entre a Companhia e essas entidades estão demonstrados a seguir:

### I) Ativo e Passivo

Empresa	Ativo			Passivo		
	Bancos/Aplicações Financeiras	Contas a receber	Total	Passivo Atuarial	Contas a Pagar	Total
CBS Previdência				367.839		367.839
Fundação CSN		1.199	1.199		11	11
Banco Fibra	72		72			
Usiminas		33.288	33.288		6.026	6.026
Panatlântica		23.106	23.106			
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>72</b>	<b>57.593</b>	<b>57.665</b>	<b>367.839</b>	<b>6.037</b>	<b>373.876</b>
<b>Total em 31/12/2010</b>	<b>86</b>	<b>25.881</b>	<b>25.967</b>	<b>367.839</b>	<b>16.133</b>	<b>383.972</b>

### ii) Resultado

Empresa	Receitas		Despesas		
	Vendas / Receitas de Juros	Total	Despesas com Fundo de Pensão	Compras / Outras despesas	Total
CBS Previdência			31.005		31.005
Fundação CSN				883	883
Banco Fibra	35	35			
CBL	34.807	34.807			
Usiminas	183.200	183.200		7.844	7.844
Panatlântica	135.345	135.345			
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>353.387</b>	<b>353.387</b>	<b>31.005</b>	<b>8.727</b>	<b>39.732</b>
<b>Total em 30/06/2010</b>	<b>14.732</b>	<b>14.732</b>	<b>39.098</b>	<b>916</b>	<b>40.014</b>

## Notas Explicativas

### e) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e saldos existentes em 30 de junho de 2011.

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
	<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	14.473	12.255
Benefícios pós-emprego	20	19
Outros benefícios de longo prazo	n/a	n/a
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
	<u>14.493</u>	<u>12.274</u>

n/a – Não aplicável

### f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Circulante</b>				
<b>Disponibilidades</b>				
<b>Caixa e Bancos</b>	<b>131.978</b>	<b>156.580</b>	<b>14.890</b>	<b>14.033</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>No País:</b>				
Fundos de investimentos exclusivos			711.552	
Fundos de investimentos (*)			519.940	
Títulos públicos	558.717	477.529		
Títulos privados e debêntures (**)	1.953.797	2.134.364	54.858	93.062
	<u>2.512.514</u>	<u>2.611.893</u>	<u>1.286.350</u>	<u>93.062</u>
<b>No Exterior:</b>				
<i>Time Deposits</i>	9.040.502	7.470.805	1.115	1.202
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	<u>11.553.016</u>	<u>10.082.698</u>	<u>1.287.465</u>	<u>94.264</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>11.684.994</u>	<u>10.239.278</u>	<u>1.302.355</u>	<u>108.297</u>

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimentos exclusivos, com operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e privados e com liquidez imediata. Adicionalmente, parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha.

Os fundos exclusivos, administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os cotistas do fundo podem ser chamados a garantir o patrimônio líquido em caso de perdas decorrentes de alterações de taxa de juros, câmbio ou de outros ativos financeiros.

## Notas Explicativas

(\*) O fundo de investimento "Vértice" tem sua administração e a gestão da carteira realizados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

(\*\*) **Títulos privados:** Aplicações financeiras no montante de R\$1.884.690 no consolidado e R\$54.858 na controladora, lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

**Debêntures:** Aplicações no montante de R\$69.107 no consolidado, sendo esse valor da controlada em conjunto MRS, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

### 5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Clientes</b>				
<b>Terceiros</b>				
Mercado interno	915.510	846.507	570.147	577.589
Mercado externo	709.154	530.356	14.770	14.948
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(119.084)	(117.402)	(100.285)	(99.023)
	<b>1.505.580</b>	<b>1.259.461</b>	<b>484.632</b>	<b>493.514</b>
<b>Partes Relacionadas (Nota 3 - b e c)</b>			<b>1.192.086</b>	<b>861.677</b>
	<b>1.505.580</b>	<b>1.259.461</b>	<b>1.676.718</b>	<b>1.355.191</b>
<b>Outras Contas a Receber</b>				
Dividendos a receber (Nota 3 - b e c)			628.185	622.544
Contas a receber com controladas e controladas em conjunto	44.904	17.318	155.002	164.210
Outros créditos	96.846	90.980	25.134	39.027
	<b>141.750</b>	<b>108.298</b>	<b>808.321</b>	<b>825.781</b>
	<b>1.647.330</b>	<b>1.367.759</b>	<b>2.485.039</b>	<b>2.180.972</b>

A fim de atender a necessidade de alguns clientes do mercado interno, referente ao alongamento do prazo de pagamento no faturamento de aço, em comum acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curtíssimo prazo (até 14 dias), à pedido do cliente, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação negociadas entre o cliente e bancos de relacionamento comum, onde a CSN cede as duplicatas/títulos de sua emissão aos bancos de relacionamento comum.

Pela característica das operações de cessão de crédito sem coobrigação, a CSN após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos proveniente do fechamento de cada operação, liquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação.

Essa operação totaliza um montante de R\$301.688 em 30 de junho de 2011 (R\$247.680 em 31 de dezembro de 2010), deduzido do contas a receber.

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(117.402)	(164.077)	(99.023)	(107.558)
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(10.352)	(7.439)	(9.902)	(8.535)
Créditos recuperados	8.670	54.114	8.640	17.070
	<b>(119.084)</b>	<b>(117.402)</b>	<b>(100.285)</b>	<b>(99.023)</b>

## Notas Explicativas

### 6. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Produtos acabados	844.232	1.016.594	596.272	783.556
Produtos em elaboração	613.345	588.723	534.327	550.824
Matérias-primas	875.078	656.286	680.492	534.514
Almoxarifado	953.407	864.205	785.019	737.407
Minério	318.264	313.716	176.903	179.543
Provisão para perdas	(86.516)	(83.738)	(87.490)	(79.131)
	<b>3.517.810</b>	<b>3.355.786</b>	<b>2.685.523</b>	<b>2.706.713</b>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objetos de constituição de provisões.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía estoques de longo prazo de minério de ferro no valor de R\$138.771, classificados em outros ativos não circulantes (R\$130.341 em 31 de dezembro de 2010).

### 7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes classificados no ativo circulante possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Antecipação de impostos	133.037	89.596	94.321	7.129
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 15)	263.965	254.485		
Ganhos não realizados com derivativos			246.287	254.231
Despesas Antecipadas	48.455	12.997	35.023	4.189
	<b>445.457</b>	<b>357.078</b>	<b>375.631</b>	<b>265.549</b>

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### (a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
<b>(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente	(97.904)	(53.170)	(7.775)	(3.671)
Diferido	(306.496)	(156.786)	(201.523)	(59.065)
	<b>(404.400)</b>	<b>(209.956)</b>	<b>(209.298)</b>	<b>(62.736)</b>

## Notas Explicativas

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social da controladora e consolidado e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>	<b>2.157.257</b>	<b>1.537.540</b>	<b>1.965.301</b>	<b>1.390.442</b>
Alíquota	34%	34%	34%	34%
<b>IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(733.467)</b>	<b>(522.764)</b>	<b>(668.202)</b>	<b>(472.750)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Benefício de juros sobre capital próprio - JCP	74.352	60.659	74.352	60.659
Equivalência Patrimonial / Resultados de subsidiárias com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	430.265	167.064	524.818	277.867
Incentivos fiscais	2.379	27.308	1.655	27.308
Ajustes decorrentes dos Parcelamentos da Lei 11.941 e da MP 470	16.304	107.615	16.088	91.907
Alienação de títulos	(186.483)		(146.928)	
Outras exclusões (adições) permanentes	(7.750)	(49.838)	(11.081)	(47.727)
<b>IR / CSLL no resultado do período</b>	<b>(404.400)</b>	<b>(209.956)</b>	<b>(209.298)</b>	<b>(62.736)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>19%</b>	<b>14%</b>	<b>11%</b>	<b>5%</b>

### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil.

Diferido	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Prejuízos fiscais de imposto de renda	2.689	4.944		
Bases negativas de contribuição social	1.059	1.871		
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>1.338.655</b>	<b>1.586.126</b>	<b>691.709</b>	<b>854.437</b>
- Provisão para contingências	269.733	298.708	252.103	276.098
- Provisão para perdas em ativos	45.363	40.345	22.503	22.342
- Provisão para perdas de estoques	30.004	26.011	29.747	25.660
- Provisão para ganhos/perdas em instrumentos financeiros	193.828	183.169	94.086	116.753
- Provisão para JCP	74.420	121.351	74.420	121.351
- Provisão vendas a longo prazo	1.221	1.221	1.221	1.221
- Provisão para consumos e serviços	62.393	43.828	38.993	31.371
- Provisão para devedores duvidosos	123.328	146.865	121.287	144.732
- Provisão para pagamentos planos previdência privada		7.012		
- Ágio na incorporação	475.992	599.730	30.093	36.780
- Outras	62.373	117.886	27.256	78.129
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>1.342.403</b>	<b>1.592.941</b>	<b>691.709</b>	<b>854.437</b>

Algumas companhias do grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentadas no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração.

Em julho de 2010, a controladora aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e optou por compensar parte do saldo em 31 de dezembro de 2009 da parte B do LALUR dos créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no valor de R\$110.192 e R\$39.669, respectivamente, com as quatro últimas parcelas do programa de recuperação fiscal, modalidade débitos inscritos nos termos da Medida Provisória nº 470/09 parcelados em 12 meses, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

## Notas Explicativas

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que possam modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido são revisados trimestralmente e as projeções anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela referida instrução e do limite de 30% do lucro real.

Algumas subsidiárias da CSN possuem créditos fiscais no montante de R\$320.917 e R\$93.886 de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, para as quais não foram constituídos impostos diferidos, dos quais R\$15.183 expiram em 2011, R\$51 em 2012, R\$9.132 em 2013, R\$639 em 2014, R\$26.256 em 2015, e R\$39.599 em 2025. O restante dos créditos fiscais refere-se a empresas nacionais, portanto, não possuem prazo de expiração.

O crédito fiscal sobre o ágio da Nacional Minérios S.A., originado na incorporação da Big Jump em julho de 2009, foi de R\$1.391.858. Até 30 de junho de 2011 foi realizado o montante de R\$533.546 (R\$394.360 até o ano de 2010), restando R\$858.312, que será realizado até 2014. De 2011 a 2013, essa realização será de R\$139.186 para 2011, R\$278.372 para os anos de 2012 e 2013 e no último ano, em 2014, o benefício será de R\$162.382.

Os lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia foram investidos e continuam a serem investidos em suas operações. Estes lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia totalizaram R\$4.086.224 em 30 de junho de 2011. Se as circunstâncias mudarem e a posição das autoridades fiscais na aplicação de tratados para evitar a dupla tributação prevalecer nos tribunais, estes lucros não distribuídos poderão gerar uma obrigação fiscal de R\$1.631.203.

### (c) Imposto de renda reconhecido no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>Imposto de renda e contribuição social (perdas)/ganhos</b>				
Ganhos e perdas atuariais	125.065	125.065	125.065	125.065
Instrumentos financeiros (disponível para venda)	134.522	75.522	46.109	11.242
Investimento em operações no exterior	429.368	433.297	429.368	433.297

### (d) Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente e Incentivo a Projetos Desportivos e Paradesportivos. Em 30 de junho de 2011, somavam o montante de R\$2.238 (Em 30 de junho de 2010, a Companhia não usufruiu os incentivos fiscais mencionados).

## 9. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos não circulantes possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.752.648	2.774.706	1.676.609	2.704.026
Tributos a Recuperar (*)	234.580	247.910	103.633	122.868
Despesas Antecipadas	113.994	115.755	26.050	27.540
Outros	284.637	283.478	179.849	172.202
	<b>2.385.859</b>	<b>3.421.849</b>	<b>1.986.141</b>	<b>3.026.636</b>

(\*) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses.

## Notas Explicativas

### 10. INVESTIMENTOS

#### a) Participações diretas em empresas controladas e controladas em conjunto

Empresas	Quantidade de ações		% Participação direta	Lucro líquido (prejuízo) do período			Lucro líquido (prejuízo) do período			Patrimônio líquido		
	(em unidades)			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
	Ordinárias	Preferenciais										
Cia. Metalic Nordeste	92.293.156		99,99	9.137	161.915	47.543	114.372	12.026	153.707	48.472	105.235	
INAL Nordeste (*)			99,99	(3.595)				(1.503)	41.926	11.524	30.402	
CSN Aços Longos (**)			99,99	(334)				(1.111)	529.833	265.516	264.317	
GalvaSud (***)								8.424				
CSN Steel	1.204.072.527		100,00	(186.085)	3.335.767	160.536	3.175.231	361.662	3.450.038	99.293	3.350.745	
CSN Metals	256.951.582		100,00	(38.294)	933.969	5.619	928.350	(472.408)	972.894	5.905	966.989	
CSN Americas	151.877.946		100,00	231.941	1.048.601	4.564	1.044.037	165.724	964.271	4.857	959.414	
CSN Minerals	131.649.926		100,00	939.093	2.049.187	4.401	2.044.786	156.101	1.649.792	4.463	1.645.329	
CSN Export	35.924.748		100,00	162.183	646.787	140.460	506.327	56.676	499.857	155.713	344.144	
Companhia Metalurgica Prada	3.444.661		100,00	(112.861)	676.667	330.344	346.323	11.365	609.133	170.423	438.710	
CSN Islands VII	20.001.000		100,00	(3.720)	264.171	240.198	23.973	(521)	254.706	227.013	27.693	
CSN Islands VIII	1.000		100,00	(100)	1.158.507	1.112.283	46.224	989	1.224.853	1.178.529	46.324	
CSN Islands IX	3.000.000		100,00	1.359	654.289	653.153	1.136	(1.850)	698.345	698.567	(222)	
CSN Islands X	1.000		100,00	1.930	61	33.693	(33.632)	(3.087)	92	35.645	(35.553)	
CSN Islands XI	50.000		100,00	(484)	1.196.917	1.191.412	5.505	(5.105)	1.277.555	1.271.521	6.034	
CSN Islands XII	1.540		100,00	(43.626)	1.486.597	1.559.416	(72.819)		1.634.731	1.663.926	(29.195)	
Tangua	10		100,00	(1.306)	19.907	36	19.871	7.640	21.228	39	21.189	
International Investment Fund	50.000		100,00	9.856	150.786	19.802	130.984	9.698	141.852	20.724	121.128	
MRS Logística	188.332.667	151.667.313	22,93	269.823	4.890.018	2.720.074	2.169.944	241.883	4.804.343	2.784.495	2.019.848	
Transnordestina Logística	1.474.520.512	255.863.653	82,91	(18.449)	3.097.295	2.005.678	1.091.617	(455)	2.801.908	1.995.861	806.047	
Sepetiba Tecon	254.015.053		99,99	13.720	299.871	109.185	190.686	15.538	293.264	105.350	187.914	
Itá Energética	520.219.172		48,75	30.510	817.263	189.838	627.425	22.502	852.239	255.324	596.915	
CSN Energia	26.123		99,99	(4.211)	16.718	2.998	13.720	620	17.929	(1)	17.930	
Estanho de Rondônia - ERSA	34.236.307		99,99	9.531	35.619	7.951	27.668	1.060	27.684	9.548	18.136	
Congonhas Minérios	64.610.863		99,99	(10.790)	2.025.558	2.014.989	10.569	(2.115)	2.035.285	2.013.926	21.359	
Mineração Nacional	1.000.000		99,99	44	1.095	16	1.079	12	1.048	2	1.046	
Nacional Minérios	475.067.405		59,99	1.050.060	13.346.997	1.661.823	11.685.174	675.575	13.688.670	2.934.166	10.754.504	
CSN Cimentos	854.313.855		99,99	(956)	1.224.913	888.128	336.785	8.100	1.217.313	854.590	362.723	
Florestal Nacional	1.000.000		99,99	(30.073)	533.383	641.698	(108.315)	(109)	449.901	525.806	(75.905)	

(\*) Incorporada em 30/05/2011

(\*\*) Incorporada em 28/01/2011

(\*\*\*) Incorporada em 29/01/2010

A quantidade de ações, os valores de lucro/prejuízo do período e patrimônio líquido, refere-se a 100% dos resultados das empresas.

#### b) Movimentação dos investimentos

	30/06/2011	31/12/2010
<b>Saldo inicial dos investimentos</b>	<b>17.023.295</b>	<b>13.860.165</b>
<b>Saldo inicial de provisão para perdas</b>	<b>(140.875)</b>	<b>(51.246)</b>
Aumento de Capital/Aquisições ações	1.283.319	2.430.965
Dividendos	(34.859)	(622.544)
Resultado Equivalência Patrimonial	1.624.812	1.438.170
Resultados Abrangentes (*)	(910.892)	(161.036)
Incorporação de controlada (**)	(290.789)	
Outros	919	(12.054)
<b>Saldo final dos investimentos</b>	<b>18.769.696</b>	<b>17.023.295</b>
<b>Saldo final de provisão para perdas</b>	<b>(214.766)</b>	<b>(140.875)</b>

(\*) Refere-se a marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda e conversão para moeda de apresentação e conforme nota explicativa 11.e, a Companhia alienou sua participação na Riversdale;

(\*\*) Incorporação da CSN Aços Longos em 28/01/2011 e Inal Nordeste em 30/05/2011.

## Notas Explicativas

### c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- CIA. METALIC NORDESTE

Sediada em Maracanaú, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas basicamente à indústria de bebidas.

Sua unidade operacional se caracteriza como uma das mais modernas existentes no mundo e conta com duas linhas de produção distintas: Latas - cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora. Tampas - cuja matéria-prima é o alumínio.

Sua produção está voltada principalmente para mercado norte e nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

- INAL NORDESTE

Sediada em Camaçari, Estado da Bahia, a sociedade tem como objetivo reprocessar e atuar como distribuidora de produtos siderúrgicos da CSN na condição de centro de serviços e de distribuição na região nordeste do país.

Em 30 de maio de 2011, a CSN incorporou a controlada Inal Nordeste.

- AÇOS LONGOS

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de laminados longos de aço, exceto tubos.

A empresa iniciou a construção da planta em 02 de outubro de 2009 com previsão para início das operações em 2012.

Em 28 de janeiro de 2011, a CSN incorporou a controlada CSN Aços Longos. A incorporação resultou em otimização de processos, redução e simplificação de custos administrativos, notadamente de natureza gerencial, devido a concentração em uma única estrutura organizacional todas as atividades comerciais, operacionais e administrativas das suas sociedades.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA

#### *Embalagens*

No mercado desde 1936, a Companhia Metalúrgica Prada atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Em suas três unidades de produção – São Paulo, Pelotas e Uberlândia – a Prada produz mais de 1 bilhão de latas de aço ao ano, um desempenho que se deve a uma associação de atributos presentes na trajetória da empresa desde a sua fundação.

#### *Distribuição*

A unidade Distribuição atua na área de processamento e distribuição de aços planos com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. Os materiais fabricados pela unidade Distribuição são produzidos a partir de laminados a quente, laminados a frio, zincados por imersão, folhas de flandres, cromadas, não revestidas, aço pré-pintado e galvalume. A unidade Distribuição é também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

## Notas Explicativas

- SEPETIBA TECON

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística. Os serviços prestados dentro desse contrato são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, veículos, produtos siderúrgicos, entre outros produtos e serviço de lavagem e higienização de contêineres.

A Sepetiba Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.

Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- CSN ENERGIA

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA

Tem como objetivo principal a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2008 a posição acionária da Companhia no capital social da Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") era de 84,49%. Atualmente a TLSA é uma controlada da CSN, consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia desde dezembro de 2009, quando a CSN atingiu uma participação de 84,97% do seu capital social, o equivalente a 740.372.383 ações ordinárias. A consolidação da TLSA nas demonstrações financeiras da Companhia resultou dos aumentos de capital realizados pela CSN durante o exercício de 2009 e que não foram acompanhados pela acionista Taquari Participações S.A. Naquele mesmo ano, o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR subscreveu 45.513.333 novas ações preferenciais, passando a deter ao término do exercício de 2009, 5,22% do capital social da TLSA.

Em 2010 o FINOR transferiu suas 45.513.333 ações preferenciais para a CSN e, em seguida, subscreveu outras 61.286.145 novas ações preferenciais que posteriormente foram transferidas ao BNDES e BNDESPAR, ficando com sua posição acionária zerada no final daquele mesmo exercício.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía um total de 914.636.803 ações ordinárias e 45.513.333 ações preferenciais, representando o equivalente a 76,45% do capital social da TLSA

A participação da Companhia em 30/06/2011 no Capital Social da TLSA era de 82,91%, tendo em vista o aumento de capital aprovado em 28/02/2011 onde a Companhia subscreveu outras 474.520.512 novas ações ordinárias emitidas pela Transnordestina.

- ESTANHO DE RONDÔNIA - ERSÁ

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

## Notas Explicativas

- CSN CIMENTOS

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de cimento e utiliza como uma de suas matérias-primas a escória de alto-forno gerada no processo de produção de gusa da UPV. A Companhia iniciou suas operações em 14 de maio de 2009.

No início de 2011 a CSN Cimentos começou a produzir clínquer em sua fábrica em Arcos (MG).

### **d) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior**

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC (“CSN LLC”)

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas.

- LUSOSIDER

Constituída em 1996 em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano. A Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada.

Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

### **e) Outros investimentos**

- RIVERSDALE MINING LIMITED - Riversdale

Constituída em 1986, a Riversdale Mining Limited (“Riversdale”), é uma empresa de mineração listada na Australian Stock Exchange. A Riversdale pretende desenvolver-se como uma mineradora diversificada, com foco no crescimento através do investimento em oportunidades de mineração. A empresa possui minas de antracito na África do Sul e de carvão metalúrgico e térmico em Moçambique.

Em 31 de março de 2011, a CSN possuía 47.291.891 ações da empresa representando 19,98% do capital social.

Em 20 de abril de 2011, a Companhia aderiu à oferta pública de aquisição de ações da Riversdale Mining Limited (“Riversdale”) promovida pela Rio Tinto. Desta forma, a Companhia alienou a totalidade da participação acionária que detinha no capital social da Riversdale, equivalente a 47.291.891 ações ao preço de A\$ 16,50 por ação, totalizando A\$ 780.316.

- PANATLÂNTICA

Em 05 de janeiro de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de ações ordinárias representativas de 9,39% do capital social da Panatlântica S.A. (“Panatlântica”), sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento está avaliado a valor justo.

## Notas Explicativas

- USIMINAS

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS com matriz em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga - Minas Gerais e Cubatão - São Paulo, respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação, também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna - Minas Gerais, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 20/04/2011, a CSN atingiu a participação no capital social da USIMINAS, de 10,01% das ações ordinárias e 5,25% das ações preferenciais da Usiminas.

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”: USIM3 e USIM5).

### 11. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS EM CONJUNTO

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e foram consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o percentual de participação descritos no item (b) da nota 2.

	30/06/2011			31/12/2010		
	NAMISA	MRS	ITASA	NAMISA	MRS	ITASA
Ativo circulante	1.830.944	1.043.599	75.311	2.730.284	1.034.466	82.817
Ativo não circulante	11.516.053	3.846.419	741.952	10.958.386	3.769.877	769.422
Realizável a longo prazo	8.485.216	435.026	44.164	8.513.600	476.757	48.850
Investimentos, imobilizado e intangível	3.030.837	3.411.393	697.788	2.444.786	3.293.120	720.572
<b>Total do Ativo</b>	<b>13.346.997</b>	<b>4.890.018</b>	<b>817.263</b>	<b>13.688.670</b>	<b>4.804.343</b>	<b>852.239</b>
Passivo circulante	1.345.215	939.500	94.270	1.353.693	1.015.234	115.454
Passivo não circulante	316.608	1.780.574	95.568	1.580.473	1.769.261	139.870
Patrimônio líquido	11.685.174	2.169.944	627.425	10.754.504	2.019.848	596.915
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>13.346.997</b>	<b>4.890.018</b>	<b>817.263</b>	<b>13.688.670</b>	<b>4.804.343</b>	<b>852.239</b>

	30/06/2011			30/06/2010		
	NAMISA	MRS	ITASA	NAMISA	MRS	ITASA
Receita Líquida	1.082.845	1.356.921	119.292	625.059	1.155.075	111.724
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(966.993)	(785.410)	(39.273)	(420.799)	(616.584)	(37.006)
Lucro (Prejuízo) Bruto	115.852	571.511	80.019	204.260	538.491	74.718
(Despesas) e Receitas Operacionais	(8.976)	(72.078)	(26.411)	(167.706)	(122.639)	(27.782)
Resultado de Equivalência Patrimonial	628.068			347.864		
Resultado Financeiro Líquido	534.084	(81.187)	(7.372)	457.663	(49.958)	(12.803)
Lucro (Prejuízo) antes do IR/CSL	1.269.028	418.246	46.236	842.081	365.894	34.133
IR / CSL correntes e diferidos	(218.968)	(148.423)	(15.726)	(166.506)	(124.011)	(11.631)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do período</b>	<b>1.050.060</b>	<b>269.823</b>	<b>30.510</b>	<b>675.575</b>	<b>241.883</b>	<b>22.502</b>

- NACIONAL MINÉRIOS – NAMISA

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objeto principal a produção, compra e venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro.

## Notas Explicativas

Em dezembro de 2008 a CSN alienou 2.271.825 ações do capital votante da Nacional Minérios S.A. para empresa *Big Jump Energy Participações S.A. (Big Jump)*, cujos acionistas são as empresas Posco e Brazil Japan Iron Ore Corp (Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, Sumitomo Metal Industries, Ltd., Kobe Steel Ltd., Nisshin Steel Co. Ltd., Nippon Steel). Subsequentemente a essa venda, a *Big Jump* subscreveu novas ações integralizando em dinheiro o total de US\$3,041,473 mil correspondentes a R\$7.286.154, dos quais R\$6.707.886 foram registrados como ágio na subscrição de ações.

Devido à nova estrutura societária da controlada em conjunto, onde a *Big Jump* detém 40% e a CSN 60% e, devido ao acordo de acionistas assinado entre as partes, a CSN a consolida proporcionalmente.

Referido acordo de acionistas prevê que determinadas situações de impasse extremo entre os acionistas, não resolvido após procedimentos de mediação e negociação entre os diretores executivos das partes, podem ensejar o direito da CSN exercer opção de compra e da *Big Jump* exercer opção de venda da participação acionária da *Big Jump* na Namisa.

Outros contratos celebrados para viabilizar a referida associação, dentre eles o contrato de aquisição de ações e os contratos operacionais de longo prazo entre a Namisa e a CSN, prevêem determinadas obrigações de fazer que, se não cumpridas nem sanadas nos prazos previstos, em determinadas situações extremas, podem ensejar o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária da *Big Jump* na Namisa.

Em continuidade ao processo de reestruturação da Namisa, em 30 de julho de 2009 a controlada em conjunto incorporou a sua controladora *Big Jump Energy Participações S.A.*, passando Posco e Brazil Japan Iron Corp. a deter participação direta de 39,99% na Namisa. Nessa operação de incorporação não houve alteração na participação da CSN.

- MRS LOGÍSTICA

A sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. Em 2008 a CSN integralizou na Namisa 10% de sua participação na MRS, baixando essa participação direta de 32,93% para 22,93%.

Além dessa participação direta, a Companhia ainda mantém participações indiretas de 6% por meio da Nacional Minérios S.A. – Namisa, companhia consolidada proporcionalmente e, 4,34% por meio da International Investment Fund.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Na extinção da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA

A CSN detém 48,75% do capital subscrito e do total de ações ordinárias de emissão da Itasa, uma sociedade de propósito específico, originalmente criada para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá: a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

A Itasa detém 60,5% de participação no Consórcio Itá, criado para exploração da Usina Hidrelétrica de Itá, conforme contrato de concessão de 28 de dezembro de 1995 e seu termo aditivo n.º 1 datado de 31 de julho de 2000, firmado entre as consorciadas (Itasa e Centrais Geradoras do Sul do Brasil - Gerasul, antiga denominação da Tractebel Energia S.A.), outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, cujo prazo se encerrará em outubro de 2030.

## Notas Explicativas

Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, quantidade correspondente à energia do projeto rateada entre as consorciadas, cabendo à outra consorciada, Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"), os 39,5 % restantes. Dos 404,14 MW médios que cabem à companhia, 342,95 MW médios são vendidos aos seus acionistas na proporção de sua participação na companhia, e 61,19 MW médios são vendidos à consorciada Tractebel.

- **CONSÓRCIO DA USINA ELÉTRICA DE IGARAPAVA**

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada no Rio Grande, a 400 km de Belo Horizonte e 450 km de São Paulo, com capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo, é considerado um grande marco para a geração de energia no Brasil.

Igarapava distingue-se por ser a primeira Hidrelétrica constituída através de um consórcio de 5 grandes empresas.

A CSN detém 17,92% do capital subscrito do consórcio, cujo propósito específico é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 30 de junho de 2011 é de R\$32.335 (R\$32.919 em 31 de dezembro de 2010) e o valor da despesa atribuível a CSN é R\$3.378 (R\$3.232 em 30 de junho de 2010).

## 12. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
<b>Custo do imobilizado</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.411.645	9.415.617	129.434	4.515.806	1.237.812	16.886.106
Efeito de variação cambial	223	(602)	(3.173)	30	(226)	(806)	(4.554)
Incorporação de Controladas	257	7.242	5.632	(6)	(124)	(13.928)	(927)
Aquisições					1.699.634		1.699.634
Alienações		(6.679)	(9.699)	(513)		(4.829)	(21.720)
Transferência para outras categorias de ativos	3.667	239.913	599.259	3.969	(1.454.843)	608.035	
Baixa do almoxarifado para consumo interno						(114.609)	(114.609)
Transferência para intangível					(6.030)	(2.621)	(8.651)
Outros					6.941	(15.219)	(8.278)
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>179.939</b>	<b>1.651.519</b>	<b>10.007.636</b>	<b>132.914</b>	<b>4.761.158</b>	<b>1.693.835</b>	<b>18.427.001</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(198.037)	(2.441.593)	(101.007)		(368.902)	(3.109.539)
Efeito de variação cambial		211	(1.441)	(23)		506	(747)
Incorporação de Controladas		(620)	(1.256)	88		2.715	927
Depreciação		(17.379)	(415.265)	(2.390)		(24.178)	(459.212)
Alienações			543	505		4.220	5.268
Transferência para outras categorias de ativos		4.612	19.729	(43)		(24.298)	
Transferências para intangível						2.237	2.237
Outros		941	4.634	122		20.253	25.950
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>		<b>(210.272)</b>	<b>(2.834.649)</b>	<b>(102.748)</b>		<b>(387.447)</b>	<b>(3.535.116)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>							
Em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.213.608	6.974.024	28.427	4.515.806	868.910	13.776.567
Em 30 de junho de 2011	179.939	1.441.247	7.172.987	30.166	4.761.158	1.306.388	14.891.885

## Notas Explicativas

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
<b>Custo do imobilizado</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	94.133	842.117	7.334.173	113.178	1.649.182	336.080	10.368.863
Incorporação de controlada (Nota 10)	258	7.290	6.989	656	506.676	683	522.552
Aquisições					760.777		760.777
Alienações				(513)		(3.269)	(3.782)
Transferências para outras categorias de ativos	2.932	29.378	305.085	2.430	(483.166)	143.341	
Baixa do almoxarifado para consumo interno						(113.878)	(113.878)
Transferências para intangível					(791)		(791)
Outros					7.560	(19.137)	(11.577)
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>97.323</b>	<b>878.785</b>	<b>7.646.247</b>	<b>115.751</b>	<b>2.440.238</b>	<b>343.820</b>	<b>11.522.164</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(75.291)	(1.682.516)	(91.225)		(87.415)	(1.936.447)
Incorporação de controlada (Nota 10)		(626)	(1.647)	(78)		(136)	(2.487)
Depreciação		(11.456)	(355.035)	(1.867)		(5.533)	(373.891)
Alienações				504		3.269	3.773
Transferências para outras categorias de ativos			19.868	3		(19.871)	
Outros						19.884	19.884
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>		<b>(87.373)</b>	<b>(2.019.330)</b>	<b>(92.663)</b>		<b>(89.802)</b>	<b>(2.289.168)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>							
Em 31 de dezembro de 2010	94.133	766.826	5.651.657	21.953	1.649.182	248.665	8.432.416
Em 30 de junho de 2011	97.323	791.412	5.626.917	23.088	2.440.238	254.018	9.232.996

(\*) No consolidado referem-se, substancialmente à ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes. Na controladora inclui benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Segue prazo médio ponderado de depreciação (anos):

	Consolidado	Controladora
Edificações	45	45
Máquinas, equipamentos e instalações	15	15
Móveis e utensílios	10	10
Outros	15	15

a) Foram capitalizados custos dos empréstimos no semestre no montante de R\$95.025 (R\$94.636 no semestre de 2010) na controladora e R\$143.069 (R\$106.083 no semestre de 2010) no consolidado. Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de mineração, cimento, aços longos e Transnordestina, que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (ii) construção da fábrica de cimentos em Volta Redonda (RJ) e da fábrica de clínquer em Arcos (MG); (iii) construção da usina de aços longos em Volta Redonda (RJ) e (iv) ampliação da ferrovia Transnordestina que ligará o cerrado do nordeste aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE).

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

TAXAS	
Projetos específicos	Projetos não específicos
TJLP + 1,3% até 3,2%	10,95%
UM006 + 2,7%	

## Notas Explicativas

b) As adições da depreciação, amortização e exaustão do período foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Custo de Produção	437.519	376.762	358.969	298.742
Despesa Vendas	3.542	3.215	2.674	2.511
Despesa Gerais e Administrativas	15.181	14.047	3.436	3.935
Outras operacionais	11.183	5.893	10.704	5.507
	<b>467.425</b>	<b>399.917</b>	<b>375.783</b>	<b>310.695</b>

c) A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração da Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de nossa propriedade.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$2.195.341 e R\$2.167.378, respectivamente, representados principalmente por obras em andamento no montante de R\$998.212 e R\$911.077. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, os juros capitalizados no imobilizado de Casa de Pedra foram de R\$19.465 (R\$25.184 no semestre findo em 30 de junho de 2010).

### 13. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio	Intangível prazo de vida útil definida	Software	Outros	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	704.007	49.909	73.933	1.002	828.851
Efeito de variação cambial			103	7	110
Aquisições			3.338	373	3.711
Alienações			(521)	(489)	(1.010)
Transferência do realizável a longo prazo				5.059	5.059
Transferência do imobilizado			8.650		8.650
Outras movimentações			(2.800)		(2.800)
Saldo em 30 de junho de 2011	<b>704.007</b>	<b>49.909</b>	<b>82.703</b>	<b>5.952</b>	<b>842.571</b>
<b>Amortização</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(280.309)	(44.918)	(41.168)		(366.395)
Efeito de variação cambial			(102)		(102)
Amortização		(2.495)	(5.644)	(74)	(8.213)
Alienações			513		513
Transferência do realizável a longo prazo				(2.082)	(2.082)
Transferência do imobilizado			(2.237)		(2.237)
Outras movimentações			(538)	22	(516)
Saldo em 30 de junho de 2011	<b>(280.309)</b>	<b>(47.413)</b>	<b>(49.176)</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(379.032)</b>
<b>Intangível Líquido</b>					
Em 31 de dezembro de 2010	423.698	4.991	32.765	1.002	462.456
Em 30 de junho de 2011	<b>423.698</b>	<b>2.496</b>	<b>33.527</b>	<b>3.818</b>	<b>463.539</b>

O intangível de concessão com vida útil definida refere-se ao valor originalmente pago pelos acionistas, cujo fundamento econômico foi a expectativa do resultado futuro em função do direito de concessão, contabilizado pela controlada em conjunto da Companhia. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de concessão.

## Notas Explicativas

	Controladora		
	Concessão	Software	Total
<b>Custo de aquisição</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.135	21.480	35.615
Transferência do imobilizado		791	791
Saldo em 30 de junho de 2011	14.135	22.271	36.406
<b>Amortização</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(1.044)	(11.940)	(12.984)
Amortização		(1.892)	(1.892)
Saldo em 30 de junho de 2011	(1.044)	(13.832)	(14.876)
<b>Intangível Líquido</b>			
Em 31 de dezembro de 2010	13.091	9.540	22.631
Em 30 de junho de 2011	13.091	8.439	21.530

O prazo de vida útil do *software* é de 05 anos. A Taxa anual de depreciação é de 20%.

**Ágio:** O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de *impairment*, não sendo identificada necessidade de registro de *impairment* sobre estes ativos.

Ágios em Investimentos	Saldo em 30/06/2011	Investidora
Aços planos	13.091	CSN
<b>Sub total controladora</b>	<b>13.091</b>	
Mineração	347.098	Namisa
Embalagens	63.509	CSN
<b>Total consolidado</b>	<b>423.698</b>	

## Notas Explicativas

## 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Taxas em (%)	Consolidado				Taxas em (%)	Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante			Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>										
Pré-Pagamento	1% até 3,50%	352.065	473.255	1.542.091	1.840.269	1% até 3,50%	354.164	473.485	1.854.311	2.006.889
Pré-Pagamento	3,51% até 7,50%	224.354	138.210	332.417	522.116	3,51% até 7,50%	386.555	372.519	1.159.963	1.454.688
Pré-Pagamento						7,51% até 10,00%	14.612	15.596	343.442	366.564
Bônus Perpétuos	7,00%	2.125	2.268	1.561.100	1.666.200					
Fixed Rate Notes	9,75%	3.488	4.546	858.605	916.410	4,142%	6.936	2.702	685.027	738.000
Fixed Rate Notes						5,65%	3.494	3.911	1.145.755	1.211.345
Fixed Rate Notes	6,50%	44.817	47.834	1.561.100	1.666.200	9,125%	6.885	7.349	936.660	999.720
Fixed Rate Notes	6,875%	22.136	23.626	1.170.825	1.249.650					
Fixed Rate Notes	10,50%	28.620	32.074	624.440	666.480					
Importações Financiadas	3,52% até 6,00%	269.483	57.293	32.048	59.322	3,52% até 6,00%	243	31.626		23.437
Importações Financiadas	6,01% até 8,00%	34.574	16.849	36.721	24.396	6,01% até 8,00%	5.873	16.849	7.187	24.396
BNDES/FINA ME	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	19.297	20.085	42.057	55.256	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	17.231	17.875	38.298	50.148
Intercompany						Libor 6M + 2,25 e 2,26% e 3,9961%	450.543		99.240	
Outros	3,3% e 4,19% e 5,37% e CDI + 1,2%	85.034	85.790	95.632	103.587	Libor 6M + 2,56% e 1,47%	274.513	34.603	36.721	68.504
		<b>1.085.993</b>	<b>901.830</b>	<b>7.857.036</b>	<b>8.769.886</b>		<b>1.521.049</b>	<b>976.515</b>	<b>6.306.604</b>	<b>6.943.691</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
BNDES/FINA ME	TJLP + 1,5% até 3,2%	333.112	308.968	1.866.532	1.907.596	TJLP + 1,5% até 3,2%	206.024	196.176	878.133	910.961
Debêntures	103,6 % CDI e 9,4% + IGPM e 1% + TJLP	641.299	41.750	1.180.593	1.760.846	103,6 % CDI	628.451	26.755		600.000
Pré-Pagamento	104,8% e 109,5 % CDI	108.351	64.216	4.956.558	3.400.000	104,8% e 109,5 % CDI	80.949	38.266	2.900.000	1.400.000
CCB	112,5% CDI	67.764	1.354	5.000.000	3.000.000	112,5% CDI	67.764	1.354	5.000.000	3.000.000
Intercompany						100,5% até 105,5% CDI	1.295.996	1.155.991		
Outros	100% IGPM e 106% CDI e CDI + 0,29% e 5% e 14%	8.975	26.443	26.402	23.303	100% IGPM	1.805	1.744	6.312	6.964
		<b>1.159.501</b>	<b>442.731</b>	<b>13.030.085</b>	<b>10.091.745</b>		<b>2.280.989</b>	<b>1.420.286</b>	<b>8.784.445</b>	<b>5.917.925</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>2.245.494</b>	<b>1.344.561</b>	<b>20.887.121</b>	<b>18.861.631</b>		<b>3.802.038</b>	<b>2.396.801</b>	<b>15.091.049</b>	<b>12.861.616</b>
Custos de Transação		(41.019)	(35.929)	(98.497)	(80.816)		(35.742)	(30.454)	(65.174)	(44.614)
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação</b>		<b>2.204.475</b>	<b>1.308.632</b>	<b>20.788.624</b>	<b>18.780.815</b>		<b>3.766.296</b>	<b>2.366.347</b>	<b>15.025.875</b>	<b>12.817.002</b>

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$1.954.061 em 30 de junho de 2011 (R\$2.080.721 em 31 de dezembro de 2010), vide nota 3.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

<b>Consolidado</b>									
	Curto prazo	Longo prazo					Após 2015	TJ (1)	TIR (2)
		Total	2012	2013	2014	2015			
Fixed rate notes	3.817	20.976	1.768	2.781	2.079	1.937	12.411	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%
BNDIS	534	5.401	2.562	403	334	300	1.802	1,3% até 1,7%	1,44% até 7,39%
BNDIS	1.578	2.651	792	1.578	281			2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%
Pré pagamento	8.176	26.951	4.545	8.215	6.553	2.284	5.354	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%
Pré pagamento	509	2.637	255	509	509	509	855	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	25.811	39.881	8.868	6.200	5.046	5.046	14.721	112,5% CDI	11,33% até 13,55%
Outros	594							103,6% CDI	12,59%
	<b>41.019</b>	<b>98.497</b>	<b>18.790</b>	<b>19.686</b>	<b>14.802</b>	<b>10.076</b>	<b>35.143</b>		

<b>Controladora</b>									
	Curto prazo	Longo prazo					Após 2015	TJ (1)	TIR (2)
		Total	2012	2013	2014	2015			
Fixed rate notes	701	1.051	350	701				9,75%	10,01%
BNDIS	403	3.040	201	403	334	300	1.802	1,30% até 1,70%	1,44% até 7,39%
BNDIS	1.453	2.421	726	1.453	242			2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%
Pré pagamento	6.270	16.143	3.155	6.309	4.647	469	1.563	109,50% CDI	10,08%
Pré pagamento	509	2.637	255	509	509	509	855	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	25.811	39.882	8.868	6.200	5.046	5.046	14.722	112,5% CDI	11,33% até 13,55%
Outros	595	-						103,6% CDI	12,59%
	<b>35.742</b>	<b>65.174</b>	<b>13.555</b>	<b>15.575</b>	<b>10.778</b>	<b>6.324</b>	<b>18.942</b>		

(1) TJ – Taxa de juros anual contratada

(2) TIR – Taxa interna de retorno anual

Em 30 de junho de 2011, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
2012	897.667	4,3%	812.012	5,4%
2013	2.029.744	9,7%	2.507.558	16,6%
2014	1.924.927	9,2%	2.114.982	14,0%
2015	2.168.512	10,4%	2.462.471	16,3%
2016	2.286.025	10,9%	1.745.618	11,6%
Após 2016	10.019.146	48,0%	5.448.408	36,1%
Bônus Perpétuos	1.561.100	7,5%		
	<b>20.887.121</b>	<b>100,0%</b>	<b>15.091.049</b>	<b>100,0%</b>

Em setembro de 2009, a Companhia por meio de sua subsidiária CSN Islands XI Corp emitiu bônus no montante de US\$750 milhões. Esses bônus com vencimento em setembro de 2019 possuem taxa de juros de 6,875% a.a., seus juros são pagos semestralmente nos meses de março e setembro e a emissora poderá resgatá-los antecipadamente, mediante pagamento de prêmio aos credores dos bônus.

Em julho de 2010, a Companhia por meio de sua subsidiária CSN Resources emitiu bônus no montante de US\$1 bilhão. Esses bônus com vencimento em julho de 2020 e possuem taxa de juros de 6,5% a.a., seus juros são pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho e a emissora poderá resgatá-los antecipadamente, mediante pagamento de prêmio aos credores dos bônus.

Em setembro de 2010, a Companhia por meio de sua subsidiária CSN Islands XII Corp. emitiu bônus perpétuos no montante de US\$1 bilhão. Esses bônus sem vencimento determinado possuem taxa de juros de 7% a.a., seus juros são pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro e a emissora tem a opção de resgatá-los ao “par” (valor de face) em qualquer data de pagamento de juros, a partir de 23 de setembro de 2015 (inclusive).

## Notas Explicativas

Em fevereiro de 2011, a Companhia contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$2 bilhões, cujo prazo final de amortização é de 94 meses. Sobre o valor dessa CCB (cédula de crédito bancário) incide juros remuneratórios correspondentes a 112,5% CDI (certificados de depósito interbancário) Cetip e seus juros são pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

Em abril de 2011, a Companhia contratou com o Banco do Brasil, Nota Crédito à Exportação no valor de R\$1,5 bilhão. Essa NCE (nota de crédito a exportação) com vencimento em abril de 2019, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 110,8% CDI (certificados de depósito interbancário) Cetip e seus juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro.

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais, fianças e operações de securitização (exportações), conforme demonstrado no quadro a seguir e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

	30/06/2011	31/12/2010
Imobilizado	47.985	47.985
Garantia fidejussória	217.170	74.488
Importações	13.304	21.820
Securitizações (Exportações)	374.410	288.338
	<b>652.869</b>	<b>432.631</b>

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o período corrente:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	20.206.192	14.356.884	15.258.417	13.662.818
Captações	3.977.670	8.789.548	4.056.481	2.663.709
Amortizações	(1.491.557)	(3.897.405)	(1.281.424)	(2.393.173)
Outros (*)	440.310	957.165	859.613	1.325.063
Saldo final	<b>23.132.615</b>	<b>20.206.192</b>	<b>18.893.087</b>	<b>15.258.417</b>

(\*)Inclusos variações cambiais e monetárias.

Os empréstimos e financiamentos com determinadas instituições financeiras possuem certas cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) usuais em contratos financeiros em geral e que se encontram adequadamente atendidas pela Companhia em 30 de junho de 2011.

### • DEBÊNTURES

#### i. Companhia Siderúrgica Nacional

##### Quarta emissão

Conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2005 e ratificado em 24 de abril de 2006 a Companhia emitiu, em 01 de fevereiro de 2006, 60.000 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$10. As referidas debêntures foram emitidas ao valor total de R\$600.000, sendo que os créditos gerados nas negociações com as instituições financeiras foram recebidos em 03 de maio de 2006.

Sobre o valor nominal dessas debêntures incide juros remuneratórios correspondentes a 103,6% do CDI Cetip, e o vencimento do valor nominal está previsto para 01 de fevereiro de 2012, com opção de resgate antecipado.

## Notas Explicativas

### ii. Transnordestina Logística

Em 10/03/2010, a Transnordestina Logística S.A obteve junto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, aprovação para a emissão da 1ª Série da sua 1ª Emissão Privada de debêntures conversíveis em ações, composta ao todo dez séries no valor total de R\$ 2.672.400. A primeira, terceira, quarta, sétima e nona séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha – Salgueiro – Trindade e Salgueiro – Porto de Suape, o qual inclui também os investimentos no Porto de Suape e a reconstrução do trecho Cabo – Porto Real de Colégio. A segunda e quinta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Eliseu Martins – Trindade. A sexta, oitava e décima séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha – Pecém, o qual inclui também os investimentos no Porto de Pecém. A 2ª e 3ª Séries foram integralmente subscritas e integralizadas nas datas e montantes abaixo:

Emissão	Série	Assembléia	Quantidade	Valor Nominal	Emissão	Vencimento	Encargos	Saldo 2010
		Geral	Emitida	Unitário				
1ª	1ª	08/02/10	336.647.184	R\$ 1,00	10/03/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	336.647
1ª	2ª	08/02/10	350.270.386	R\$ 1,00	25/11/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	350.270
1ª	3ª	08/02/10	338.035.512	R\$ 1,00	01/12/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	338.036

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

#### • Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado - R\$ mil	30/06/2011					31/12/2010				
	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Caixa e Equivalente de Caixa			11.684.994		11.684.994			10.239.278		10.239.278
Contas a Receber Líquidas			1.505.580		1.505.580			1.259.461		1.259.461
Margem de garantia de instrumentos Financeiros			263.965		263.965			254.485		254.485
Fundo de reserva de securitização			39.595		39.595			22.644		22.644
<b>Não Circulante</b>										
Outros títulos a receber				58.690	58.690			73.731		73.731
Investimentos	1.875.505				1.875.505	2.102.112				2.102.112
Fundo de reserva de securitização				29.589	29.589			32.031		32.031
Aplicações Financeiras				148.906	148.906			112.484		112.484
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos				1.604.195	1.604.195				1.302.811	1.302.811
Debêntures				641.299	641.299				41.750	41.750
Derivativos		78.150			78.150		116.407			116.407
Fornecedores				702.416	702.416				623.233	623.233
<b>Não Circulante</b>										
Empréstimos e Financiamentos				19.706.528	19.706.528				17.100.785	17.100.785
Debêntures				1.180.593	1.180.593				1.760.846	1.760.846
Derivativos		2.036			2.036		263			263

## Notas Explicativas

### • Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação:

Consolidado - R\$ mil	30/06/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
<b>Ativo</b>								
<b>Não Circulante</b>								
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>								
Investimentos	1.875.505			1.875.505	2.102.112			2.102.112
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
<b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>								
Derivativos		78.150		78.150		116.407		116.407
<b>Não Circulante</b>								
Derivativos		2.036		2.036		263		263

### II – Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os valores estão contabilizados nas informações trimestrais pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	1.563.225	1.531.134	1.668.468	1.663.701
Fixed Rate Notes	4.314.031	4.928.133	4.605.997	4.966.629

### III – Investimentos em títulos disponíveis para venda e Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil e no exterior de empresas de primeira linha classificadas pelas agências internacionais de *rating* com grau de risco “grau de investimento”, às quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

## Notas Explicativas

### IV - Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 14.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados.

Em 30 de junho de 2011	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.245.494	2.927.411	6.379.464	11.580.246	23.132.615
Instrumentos financeiros derivativos	78.150	2.036			80.186
Fornecedores	702.416				702.416
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.344.561	4.254.057	6.357.168	8.250.406	20.206.192
Instrumentos financeiros derivativos	116.407	263			116.670
Fornecedores	623.233				623.233

- **Risco de taxa de câmbio**

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar, Euro, Dólar Australiano e Iene ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em hedge natural, a Companhia avalia e utiliza-se de instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (swap, dólar x real, euro x dólar, iene x real e contratos futuros de câmbio) para gerir seus riscos de variação de moeda diferente do real.

- **Políticas de utilização de derivativos de proteção**

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e conselho de administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela diretoria financeira.

## Notas Explicativas

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para o endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial;
- apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de diretoria executiva e do conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;
- realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos;

A exposição líquida consolidada em 30 de junho de 2011 está demonstrada a seguir:

	30/06/2011			
Exposição Cambial	(Valores em dólar norte-americano)	(Valores em Euro)	(Valores em dólar Australiano)	(Valores em lene)
Caixa e equivalente no exterior	4.511.117		634.088	
Margem de garantia Derivativo	169.089			
Contas a receber - clientes mercado externo	307.309	66.796		
Fundo de reserva securitização	44.318			
Outros Ativos	171.409	7.022		
<b>Total ativo</b>	<b>5.203.242</b>	<b>73.818</b>	<b>634.088</b>	
Empréstimos e financiamentos	(5.657.427)			(2.390.398)
Fornecedores	(9.238)	(1.330)		
Outros Passivos	(65.445)			
<b>Total passivo</b>	<b>(5.732.109)</b>	<b>(1.330)</b>		<b>(2.390.398)</b>
<b>Exposição bruta</b>	<b>(528.868)</b>	<b>72.488</b>	<b>634.088</b>	<b>(2.390.398)</b>
Nocional de derivativos contratados	727.875	(90.000)		2.390.398
<b>Exposição líquida</b>	<b>199.007</b>	<b>(17.512)</b>	<b>634.088</b>	

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

### • Transações de swap cambial

A companhia realiza operações com swap cambial com o intuito de proteger seus ativos e passivos de eventuais oscilações da paridade dólar/real. A referida proteção via swap cambial proporciona à Companhia, através da ponta ativa do contrato, o ganho do FRA (*Forward Rate Agreement*) de cupom cambial, que ao mesmo tempo melhora nossas taxas de aplicação e reduz o custo de nossas captações no mercado internacional.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 a companhia mantinha posição comprada em swap cambial de US\$ 727.875 mil (US\$ 1.249.529 mil em 31 dezembro de 2010), onde recebemos, na ponta ativa, variação cambial mais 3,19% ao ano em média (em 2010 variação cambial mais 2,29% ao ano), e pagamos 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Em 30 de junho de 2011, a posição consolidada desses contratos é a seguinte:

### i) Operações em aberto

Contrapartes	30/06/2011					
	Valor de Referência US\$ mil		Valorização (R\$ mil)		Valor Justo (mercado) (R\$ mil)	Valor a pagar (R\$ mil)
	2011	Vencimento da operação	Posição Ativa	Posição Passiva	2011	Valor a Pagar
Santander	23.308	01/07/2011 a 2/1/2015	36.864	(49.735)	(12.870)	(12.870)
Goldman Sachs	190.000	02/jan/15	299.617	(303.810)	(4.193)	(4.193)
Deutsche Bank	260.000	01/07/2011 a 01/08/2011	406.861	(414.499)	(7.638)	(7.638)
HSBC	211.317	01/08/2011 a 15/06/2012	329.990	(350.131)	(20.141)	(20.141)
Itau BBA	6.654	03/10/2011 a 01/12/2011	10.485	(11.790)	(1.305)	(1.305)
JP Morgan	13.308	01/11/2011 a 01/03/2012	20.847	(23.389)	(2.542)	(2.542)
Pactual	3.327	01/jul/11	5.542	(9.046)	(3.503)	(3.503)
Société Générale	19.962	01/08/2011 a 01/06/2012	31.385	(35.310)	(3.925)	(3.925)
	<b>727.875</b>		<b>1.141.591</b>	<b>(1.197.709)</b>	<b>(56.118)</b>	<b>(56.118)</b>

A posição das operações em aberto está contabilizada no passivo da companhia no montante de R\$56.118 em 30 de junho de 2011 (R\$101.303 em 31 de dezembro de 2010) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da companhia como perda no montante de R\$212.129 em 30 de junho de 2011 (ganho no montante de R\$ 49.639 em 30 de junho de 2010).

### ii) Operações liquidadas

Contrapartes	Valor de Referência (Nocional) US\$ mil		Valorização - 2011 (R\$ mil)		Valorização - 2010 (R\$ mil)		Operações liquidadas (R\$ mil)		
	2011	2010	Posição Ativa	Posição Passiva	Posição Ativa	Posição Passiva	Pago em 2011	Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
Deutsche Bank	2.092.000	265.000	3.322.931	(3.453.861)	443.143	(468.544)	(130.930)	(25.401)	(105.529)
Goldman Sachs	100.000	100.000	167.275	(173.101)	167.243	(173.031)	(5.826)	(5.788)	(38)
HSBC	1.733.000	223.000	2.840.434	(2.906.188)	372.794	(385.900)	(65.754)	(13.106)	(52.648)
Itau BBA	793.000	450.000	1.316.327	(1.348.225)	751.835	(778.892)	(31.898)	(27.057)	(4.841)
Santander	238.308	113.308	404.580	(415.360)	190.063	(204.230)	(10.780)	(14.168)	3.388
Itau BBA	9.981	9.981	16.568	(19.837)	16.873	(19.313)	(3.269)	(2.439)	(830)
Société Générale	13.308	13.308	28.242	(33.340)	22.991	(32.576)	(5.098)	(9.585)	4.487
	<b>4.979.596</b>	<b>1.174.596</b>	<b>8.096.357</b>	<b>(8.349.912)</b>	<b>1.964.943</b>	<b>(2.062.487)</b>	<b>(253.555)</b>	<b>(97.544)</b>	<b>(156.011)</b>

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

### i) Operações em aberto

Contrapartes	Valor de Referência EUR Mil		Valorização - 2011 (R\$ mil)		Valor Justo (mercado) (R\$ mil)	30/06/2011 Valor a Pagar (R\$ mil)
	2011	Vencimento da operação	Posição Ativa	Posição Passiva	2011	Valor a Pagar
	<i>Itau BBA</i>	20.000	24/ago/11	44.544	(45.339)	(795)
<i>Deutsche Bank</i>	45.000	24/ago/11	100.150	(102.012)	(1.862)	(1.862)
<i>Goldman Sachs</i>	25.000	24/ago/11	55.559	(56.673)	(1.114)	(1.114)
	<b>90.000</b>		<b>200.253</b>	<b>(204.024)</b>	<b>(3.771)</b>	<b>(3.771)</b>

A posição das operações em aberto está contabilizada no passivo da Companhia no montante de R\$3.771 em 2011 e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da Companhia como perda no montante de R\$15.627 em 30 de junho de 2011.

### ii) Operações liquidadas

Contrapartes	Valor de Referência (Nocional) EUR mil		Valorização - 2011 (R\$ mil)		Valorização - 2010 (R\$ mil)		Operações liquidadas (R\$ mil)		
	2011	2010	Posição Ativa	Posição Passiva	Posição Ativa	Posição Passiva	Recebido / Pago em 2011	Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
	<i>Deutsche Bank</i>	125.000	25.000	274.130	(283.591)	56.648	(55.707)	(9.462)	941
<i>Goldman Sachs</i>	90.000	50.000	203.124	(203.003)	113.295	(111.415)	122	1.880	(1.758)
<i>HSBC</i>	15.000	15.000	34.029	(33.412)	34.029	(33.424)	616	605	11
<i>Itau BBA</i>	40.000		92.564	(92.270)			294		294
	<b>270.000</b>	<b>90.000</b>	<b>603.847</b>	<b>(612.277)</b>	<b>203.972</b>	<b>(200.547)</b>	<b>(8.430)</b>	<b>3.426</b>	<b>(11.856)</b>

#### • Contrato Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial

Tem por objetivo proteger as obrigações denominadas em moeda estrangeira contra variação do Real. A Companhia pode comprar ou vender contratos futuros de dólar comercial na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para mitigar a exposição cambial frente aos seus passivos denominados em dólar norte americano. As especificações do contrato futuro de taxa de câmbio de Reais por Dólar, incluindo explicações detalhadas sobre as características dos contratos e cálculo dos ajustes diários, são publicadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F e divulgadas em seu *website* ([www.bmf.com.br](http://www.bmf.com.br)). Em 2011 a Companhia não contratou operações de dólar futuro. Ao longo de 2010 a Companhia pagou R\$44.432 e recebeu R\$115.745 em ajustes, obtendo assim um ganho de R\$71.421. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações no câmbio.

#### • Outros derivativos

As controladas Tecon e Lusosider possuem operações com derivativos para proteger as exposições contra o Iene e Dólar. O nocional destas operações são JPY 2.390.398 e US\$51.185 respectivamente e a posição passiva em aberto de R\$17.366 em 30 de junho 2011 (R\$8.042 em 31 de dezembro de 2010). Os resultados destas operações em 30 de junho de 2011 estão consolidados no resultado financeiro da companhia como perda no montante de R\$9.629 (ganho de R\$5.149 em 30 de junho de 2010).

## Notas Explicativas

### • Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de 30 de junho de 2011 de R\$1,5611 por US\$1,00 foram estimados ajustes para cinco cenários sendo:

- Cenário Provável: foi considerada para as operações de swap cambial a premissa de se manter os valores justos (a mercado) em 30 de junho de 2011 e para a posição cambial foi utilizada a taxa de 1,5710 cotação do dólar futuro BM&F com vencimento em 01 de agosto de 2011 coletada em 30 de junho de 2011;
- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,1708;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 0,7806;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,9514;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade de R\$/US\$ de 2,3417.

30/06/2011							
Risco		Valor de referencia US\$	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		1,5611	1,5710	1,1708	0,7806	1,9514	2,3417
<b>Swap Cambial</b>	Flutuação do dólar	663.000	(34.379)	(258.752)	(517.505)	258.752	517.505
<b>Posição cambial Moeda funcional BRL</b> (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	(530.111)	(5.248)	206.889	413.778	(206.889)	(413.778)
<b>Posição cambial consolidada</b> (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	197.764	1.958	(77.182)	(154.365)	77.182	154.365

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do euro, a partir da taxa de câmbio de 30 de junho de 2011 de R\$2,2667 por euro 1,00, foram estimados ajustes para cinco cenários sendo:

- Cenário Provável: foi considerada para as operações de swap cambial a premissa de se manter os valores justos (a mercado) em 30 de junho de 2011 e para a posição cambial foi utilizada a taxa de 2,2790 cotação do euro futuro BM&F com vencimento em 01 de agosto de 2011 coletada em 30 de junho de 2011;
- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/Euro de 1,7000;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/Euro de 1,1334;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/Euro de 2,8334;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/Euro de 3,4001.

30/06/2011							
Risco		Valor de referencia EUR	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		2,2667	2,2790	1,7000	1,1334	2,8334	3,4001
<b>Swap Cambial</b>	Flutuação do EURO	(90.000)	(3.771)	51.001	102.002	(51.001)	(102.002)
<b>Posição cambial Moeda funcional BRL</b> (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do EURO	72.488	892	(41.077)	(82.154)	41.077	82.154
<b>Posição cambial consolidada</b> (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do EURO	(17.512)	(215)	9.924	19.847	(9.924)	(19.847)

## Notas Explicativas

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar australiano, a partir da taxa de câmbio de 30 de junho de 2011 de R\$1,6752 por A\$ 1,00, foram estimados ajustes para cinco cenários sendo:

- Cenário Provável: foi considerada para as operações de swap cambial a premissa de se manter os valores justos (a mercado) em 30 de junho de 2011 e para a posição cambial foi utilizada a taxa de 1,6778 cotação do dólar australiano futuro BM&F com vencimento em 01 de agosto de 2011 coletada em 30 de junho de 2011;
- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/A\$ de 1,2564;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/A\$ de 0,8376;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/A\$ de 2,0940;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/A\$ de 2,5128.

30/06/2011

Risco	Valor de referência A\$	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
	1,6752	1,6778	1,2564	0,8376	2,0940	2,5128
<b>Posição cambial Moeda funcional BRL</b>						
Flutuação do dólar Australiano	634.088	1.663	(265.556)	(531.112)	265.556	531.112
<b>Posição cambial consolidada</b>						
Flutuação do dólar Australiano	634.088	1.663	(265.556)	(531.112)	265.556	531.112

### • Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

### • Transações de swap Libor x CDI

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas a libor de dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas a libor, nos quais recebe juros de 1,25% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 96% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência destes *swaps*, em 30 de junho de 2011 é de US\$129.000 mil, protegendo uma operação de pré-pagamento de exportação de mesmo valor. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar), Libor e do CDI. Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha.

Em 30 de junho de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

#### a) Operações em aberto

Data da liquidação	Contrapartes	30/06/2011				
		Valor de referência (Nominal) US\$ mil	Valorização-2011 (R\$ mil)		Valor justo (mercado) (R\$ mil)	Valor a pagar (R\$ mil)
		2011	Posição ativa	Posição passiva	2011	Valor a pagar
12/ago/11	CSFB	129.000	218.936	(221.867)	(2.931)	(2.931)

A posição líquida dos contratos acima está contabilizada em conta específica de derivativos como perda no montante de R\$2.931 em 30 de junho de 2011 e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da companhia como perda no montante de R\$10.870.

## Notas Explicativas

### b) Operações liquidadas

Vencimento	Contrapartes	Valor de Referência (Nocional) US\$ mil		Valorização-2011 (R\$ mil)		Valorização-2010 (R\$ mil)		Operações liquidadas (R\$ mil)		
		2011	2010	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Pago em 2011	Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
14/02/2011	CSFB	150.000	150.000	255.240	(260.757)	254.575	(257.584)	(5.517)	(3.009)	(2.508)
12/05/2011	CSFB	150.000	150.000	255.151	(260.583)			(5.432)		(5.432)
				<b>510.391</b>	<b>(521.340)</b>	<b>254.575</b>	<b>(257.584)</b>	<b>(10.949)</b>	<b>(3.009)</b>	<b>(7.940)</b>

#### • Análise de sensibilidade dos swaps de taxa de juros

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 30 de junho de 2011. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das taxas libor (US\$) e CDI.

	30/06/2011						
	Nocional US\$	Risco	Provável	25%	50%	25%	50%
Sw ap de taxa de juros libor vs CDI	129.000	(Libor) US\$	(2.931)	(25.442)	(30.344)	25.442	30.344

#### • Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 30 de junho de 2011 na data das informações trimestrais consolidadas.

	Impacto no Resultado	
	30/06/2011	30/06/2010
Variações nas taxas de juros		
TJLP	9.335	5.585
Libor	5.129	13.346
CDI	61.772	36.614

#### • Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda.

A tabela abaixo resume o impacto das variações dos preços das ações no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Outros Resultados Abrangentes	Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Varição líquida no valor de mercado de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda	(124.127)	148.152

Os investimentos em ações adquiridas de empresas de primeira linha são negociadas na BOVESPA.

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 30 de junho de 2011. Desta maneira, não há impacto sobre os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda já apresentado acima. A companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das ações.

- Cenário 1: (25% de valorização das ações);
- Cenário 2: (50% de valorização das ações);

## Notas Explicativas

- Cenário 3: (25% de desvalorização das ações);
- Cenário 4: (50% de desvalorização das ações);

### Impacto sobre o Patrimônio Líquido

Empresas	25%		50%	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Usiminas	372.946	745.891	(372.946)	(745.891)
Panatlântica	2.551	5.101	(2.551)	(5.101)
	<b>375.496</b>	<b>750.992</b>	<b>(375.496)</b>	<b>(750.992)</b>

Em 20 de abril de 2011, a Companhia alienou a totalidade da participação acionária que detinha no capital social da Riversdale a 47.291.891 ações ao preço de A\$16,50 por ação, totalizando um ganho de R\$698.164.

#### • Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Uma vez que parte dos recursos é investido em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

#### • Gestão de Capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

#### V – Depósitos em garantia

A Companhia possui depósitos em garantia no montante de R\$263.965 (R\$254.485 em 31 de dezembro de 2010); esse valor está aplicado no Deutsche para garantir os contratos de instrumentos financeiros derivativos, especificamente swap entre a CSN Islands VIII e CSN. Adicionalmente possui um fundo de reserva de securitização no montante de R\$69.184 (R\$54.675 em 31 de dezembro de 2010) previstos nos contratos do programa de securitização (Vide nota 14).

## 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

	Circulante				Não Circulante			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Passivos com partes relacionadas	146.134	148.364	366.721	372.185	3.238.905	3.028.924	7.772.612	8.141.037
Perdas não realizadas com derivativos (Nota 15)	77.087	116.407	1.868	3.010	2.036	263		
Dividendos e JCP a pagar	222.186	631.344	220.108	630.051				
Adiantamento Clientes	39.337	35.361	29.052	29.003				
Tributos parcelados	374.571	656.678	370.888	652.894	1.804.059	859.898	1.772.706	829.537
Outras obrigações	192.492	266.798	109.065	223.848	157.624	178.350	116.694	136.996
	<b>1.051.807</b>	<b>1.854.952</b>	<b>1.097.702</b>	<b>1.910.991</b>	<b>5.202.624</b>	<b>4.067.435</b>	<b>9.662.012</b>	<b>9.107.570</b>

## Notas Explicativas

### 17. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Em milhões							
			Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Transnordestina	R\$	01/06/2010 a 08/05/2028	1.262.108	1.145.397			5.186	5.186	1.267.294	1.150.583
CSN Cimentos	R\$	Indeterminado	3.110		51.800	32.745		26.987	54.910	59.732
Prada	R\$	Indeterminado			9.958	9.958	740	740	10.698	10.698
Sepetiba Tecon	R\$	Indeterminado	1.193	1.465	15.000	15.000	61.519	61.519	77.712	77.984
Itá Energética	R\$	15/09/2013	7.542	9.587					7.542	9.587
CSN Energia	R\$	Indeterminado			2.392	1.029	2.336	2.336	4.728	3.365
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2018	2.000.000	2.000.000					2.000.000	2.000.000
<b>Total em R\$</b>			<b>3.273.953</b>	<b>3.156.449</b>	<b>79.150</b>	<b>58.732</b>	<b>69.781</b>	<b>96.768</b>	<b>3.422.884</b>	<b>3.311.949</b>
CSN Islands VIII	US\$	16/12/2013	550.000	550.000					550.000	550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
Aços Longos	US\$	31/12/2011		4.431						4.431
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
<b>Total em US\$</b>			<b>3.700.000</b>	<b>3.704.431</b>					<b>3.700.000</b>	<b>3.704.431</b>
<b>Total em R\$</b>			<b>5.776.070</b>	<b>6.172.323</b>	<b>79.150</b>	<b>58.732</b>	<b>69.781</b>	<b>96.768</b>	<b>5.776.070</b>	<b>6.172.323</b>
			<b>9.050.023</b>	<b>9.328.772</b>	<b>79.150</b>	<b>58.732</b>	<b>69.781</b>	<b>96.768</b>	<b>9.198.954</b>	<b>9.484.272</b>

### 18. TRIBUTOS PARCELADOS

#### a) Programa de recuperação fiscal (Refis)

- Refis Federal

Em 26 de novembro de 2009, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto aderiram aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, visando regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A adesão aos programas fiscais especiais reduziu o montante a pagar de multas, juros e encargos legais anteriormente devidos.

A decisão da Administração levou em consideração matérias julgadas pelos tribunais superiores, bem como a avaliação de seus consultores externos quanto à possibilidade de êxito nos casos em andamento.

Os débitos inscritos nos termos da Medida Provisória nº 470/09 foram parcelados em 12 parcelas a partir de novembro de 2009. Em julho de 2010, a companhia optou por compensar com valores de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL as quatro últimas parcelas deste programa de recuperação fiscal, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

Em novembro de 2009 e fevereiro de 2010, os débitos inscritos no programa de parcelamento da Lei nº 11.941/09, já registrados através das provisões, tiveram seus valores revisados com as reduções nos débitos previstas nos programas especiais de acordo com as datas de desistências de recursos administrativos ou de ação judicial. No 1º trimestre de 2010, registrou-se um efeito negativo antes de IRPJ e CSLL no montante de R\$48.890 na controladora e R\$ 42.365 no consolidado, que foram contabilizados em outras receitas e despesas operacionais e no resultado financeiro (vide notas 24 e 25).

Em junho de 2011 as empresas do grupo consolidaram os débitos inscritos no programa fiscal da Lei nº 11.941/09 na modalidade de 180 parcelas atualizados pela SELIC. Como resultado da consolidação, houve um complemento de provisão no segundo trimestre de 2011 no montante de R\$19.734 registrado na controladora na rubrica resultado financeiro e outras despesas, antes de IRPJ e CSLL.

## Notas Explicativas

No tocante aos depósitos judiciais a Companhia aguarda posicionamento legal por parte da PGFN e RFB sobre o tratamento do excesso de depósito gerado após a aplicação das reduções da modalidade à vista.

A posição dos débitos decorrentes do Refis, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, era de R\$1.998.271 (R\$1.410.062 em 31 de dezembro de 2010) na controladora e R\$ 2.033.307 (R\$1.444.207 em 31 de dezembro de 2010) no consolidado.

### 19. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado
Previdenciárias e Trabalhistas	96.575	204.933	78.302	183.141
Cíveis	25.402	62.967	38.646	54.613
Fiscais	1.092.732	71.392	847.301	67.427
Depósitos Cauçionados	45.471		43.856	
	<b>1.260.180</b>	<b>339.292</b>	<b>1.008.105</b>	<b>305.181</b>
<b>Obrigações legais questionadas judicialmente:</b>				
Fiscais				
Crédito prêmio IPI .....			1.227.892	1.227.892
Crédito CSLL sobre exportação .....		6.728		401.916
Salário- educação.....	36.189	33.121	36.189	33.121
CIDE .....	29.912	3.246	54.211	27.545
IR / plano verão .....	343.435	20.892	341.551	20.892
Outras provisões.....	6.893	87.568	36.078	113.552
	<b>416.429</b>	<b>151.555</b>	<b>1.695.921</b>	<b>1.824.918</b>
	<b>1.676.609</b>	<b>490.847</b>	<b>2.704.026</b>	<b>2.130.099</b>
<b>Total controladora circulante</b>		<b>224.151</b>		<b>200.288</b>
<b>Total controladora não circulante</b>	<b>1.676.609</b>	<b>266.696</b>	<b>2.704.026</b>	<b>1.929.811</b>
<b>Total consolidado circulante</b>		<b>287.278</b>		<b>222.461</b>
<b>Total consolidado não circulante</b>	<b>1.752.648</b>	<b>303.072</b>	<b>2.774.706</b>	<b>2.016.842</b>

A movimentação das provisões para contingências no período findo em 30 de junho de 2011 pode ser assim demonstrada:

Natureza	31/12/2010	Adições	Atualização	Transferência (*)	Utilização	30/06/2011	Consolidado	
							30/06/2011	31/12/2010
Cível	80.831	11.397	441		(6.090)	86.579	78.488	57.622
Trabalhista	188.188	31.800	13.943		(19.584)	214.347	208.790	164.839
Fiscais	1.911.260	40.000	8.734	(1.597.659)	(133.388)	228.947		
Previdenciário	59.024		1.453			60.477		
	<b>2.239.303</b>	<b>83.197</b>	<b>24.571</b>	<b>(1.597.659)</b>	<b>(159.062)</b>	<b>590.350</b>	<b>287.278</b>	<b>222.461</b>

## Notas Explicativas

Natureza	31/12/2010	Adições	Atualização	Transferência (*)	Utilização	30/06/2011	Controladora	
							30/06/2011	31/12/2010
Cível	54.613	10.837	468		(2.951)	62.967	57.637	54.113
Trabalhista	146.175	27.563	11.401		(18.624)	166.515	166.514	146.175
Fiscais	1.892.345	40.000	8.530	(1.597.659)	(120.269)	222.947		
Previdenciário	36.966		1.452			38.418		
	<b>2.130.099</b>	<b>78.400</b>	<b>21.851</b>	<b>(1.597.659)</b>	<b>(141.844)</b>	<b>490.847</b>	<b>224.151</b>	<b>200.288</b>

(\*) As transferências para tributos parcelados ocorreram pela adesão a Lei 11.941/09 e refere-se aos processos CSLL Exportação, COFINS Lei nº 10.833/03, CIDE e Crédito Prêmio de IPI sobre exportação.

As provisões para passivos cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais e previdenciários foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

A Companhia e suas controladas defendem-se em outros processos administrativos e judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais), no montante aproximado de R\$4.570.130, sendo R\$3.265.607 de processos fiscais, R\$304.860 de cíveis e R\$999.663 de processos trabalhistas e previdenciários. As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **a) Ações trabalhistas**

A companhia figura como ré, em 30 de junho de 2011 em 9.452 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$204.933 (R\$183.141 em 31 de dezembro de 2010). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2001 a 2003.

### **b) Ações cíveis**

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais da Companhia. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$57.637 em 30 de junho de 2011 (R\$54.113 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a companhia figura como ré, encontram-se, principalmente, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Os processos envolvendo a matéria ambiental montam saldo de R\$5.330 (R\$500 em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### c) Ações fiscais

#### ▪ Imposto de renda e Contribuição social

**(i) Plano Verão** - A Controladora pleiteia o reconhecimento dos efeitos financeiro-fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido relativos ao expurgo inflacionário do IPC ocorrido em janeiro e fevereiro de 1989, de 51,87% ("Plano Verão").

Em 2004 o processo chegou ao fim tendo transitado em julgado a decisão que deferiu o direito de aplicação do índice de 42,72% (jan/89), devendo ser descontado deste índice os 12,15% já aplicados. Foi deferida também a aplicação do índice de 10,14% (fev/89). Atualmente o processo encontra-se em fase pericial.

Em 30 de junho de 2011 existe o montante de R\$343.435 (R\$341.551 em 31 de dezembro de 2010) depositado judicialmente, estando classificado em conta específica de depósitos judiciais no realizável a longo prazo e provisão de R\$20.892 (R\$20.892 em 31 de dezembro de 2010), que representa a parcela não reconhecida pelos tribunais.

**(ii) CSLL Exportação** – Em fevereiro de 2004, a Controladora ajuizou ação judicial para não se sujeitar ao recolhimento de CSLL sobre suas receitas/lucros de exportação, bem como obter autorização judicial para poder repetir/compensar todos os valores de CSLL indevidamente pagos sobre as receitas/lucros de exportação desde a publicação da Emenda Constitucional 33/2001, que deu nova redação ao artigo 149, parágrafo 2º da CF/88, ao determinar que "as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação".

Em março de 2004 foi concedida a medida liminar, confirmada posteriormente em sentença, que autorizou a exclusão (da base de cálculo da CSLL) apenas do lucro decorrente da exportação.

A referida sentença foi reformada pela 4ª Turma do TRF da 2ª Região, que denegou a segurança pleiteada pela Controladora. Contra tal sentença foi interposto Recurso Extraordinário, que teve o seu andamento sobrestado até que o STF julgue a matéria nos autos do RE nº 564.413 (*leading case*), em que foi reconhecida a existência de repercussão geral dessa mesma questão constitucional.

Em dezembro de 2008, a Controladora recebeu Carta de Cobrança dos valores referentes à exclusão das "receitas" na base de cálculo da CSLL. Por conseguinte, o Conselho de Administração da Controladora aprovou a adesão da Carta Cobrança ao programa de parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS).

Após julgamento pelo STF nos autos do RE nº564.413 (*leading case*) em votação contrária relativa a não incidência da CSLL sobre exportação aos contribuintes, ainda pendente de publicação, a Companhia decidiu incluir também este processo ao programa de parcelamento instituído pela lei nº11.941/09 (REFIS). O valor total atualizado do processo incluído no parcelamento foi de R\$ 365.466.

Com a inclusão do processo, a Companhia apurou um saldo residual que não pode ser incluído no valor de R\$6.728 (R\$401.916 em 31 de dezembro de 2010), e será pago com os respectivos encargos.

#### ▪ Contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE

A Controladora questionava a validade jurídica da Lei nº 10.168/00, que instituiu a cobrança de CIDE sobre importâncias pagas, creditadas ou remetidas a beneficiários não residentes no país - a título de *royalties* ou remuneração sobre contratos de fornecimento, assistência técnica, cessão e licenças de uso de marcas e exploração de patentes.

A sentença de 1ª instância judicial foi desfavorável, o que foi ratificado pelo TRF da 2ª Região. Foram interpostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados, tendo sido interposto Recurso Extraordinário ao STF, o qual aguarda decisão quanto à sua admissibilidade.

Por conta das decisões desfavoráveis e dos benefícios de redução de multa e juros, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão de referida discussão judicial ao programa de recuperação fiscal da Lei 11.941/2009.

## Notas Explicativas

Após aplicação dos benefícios deste programa, a controladora mantém depósitos judiciais no montante de R\$6.141, sendo R\$2.895 a excesso de depósitos após aplicação das reduções do REFIS poderá ser convertido em renda. Em 30 de junho de 2011 existe provisão no montante de R\$3.246 (R\$27.545 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais.

### ▪ Salário-educação

A Controladora discutiu a inconstitucionalidade do salário-educação e a possibilidade de recuperação das parcelas recolhidas no período de 05 de janeiro de 1989 a 16 de outubro de 1996, sendo que o processo foi julgado improcedente, tendo o TRF mantido decisão desfavorável a CSN, decisão essa que transitou em julgado.

Ante o trânsito em julgado da decisão, a CSN tentou efetuar o pagamento do valor devido, sendo que o FNDE e o INSS não chegaram a um entendimento sobre quem deveria receber, bem como exigiam que dito valor fosse pago acrescido de multa, com o que a empresa não concordou.

Foram interpostas ações judiciais questionando os fatos acima com o depósito judicial dos valores envolvidos nos referidos processos. No primeiro processo, a sentença de 1º grau julgou parcialmente favorável o pedido, onde o Juiz afastou o valor da multa, mantendo, porém a taxa SELIC, sendo apresentado então Contra-razões à apelação do réu, e recorreu em relação à taxa SELIC.

O valor provisionado e depositado judicialmente em 30 de junho de 2011 totaliza R\$33.121 (R\$33.121 em 31 de dezembro de 2010).

### ▪ Seguro acidente do trabalho - SAT

A Controladora discute em juízo a ampliação da alíquota do SAT de 1% para 3% e também discute a majoração do SAT para fins de Contribuição para Aposentadoria Especial, que teve a sua alíquota estipulada em 6%, conforme legislação, para aqueles empregados expostos a agentes nocivos.

Quanto ao primeiro processo supracitado, a sentença da 1ª instância foi desfavorável e o processo encontra-se em julgamento no TRF da 2ª Região. Já quanto ao segundo processo o mesmo se encerrou de forma desfavorável à Companhia e os valores devidos neste processo no montante de R\$33.077 que estavam depositados judicialmente foram convertidos em renda em favor do INSS.

O montante provisionado em 30 de junho de 2011 totaliza R\$38.419 (R\$36.966 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais e se refere, exclusivamente, ao processo de diferença de alíquota de 1% para 3% para todos os estabelecimentos da Companhia. Em razão da probabilidade de perda dessa discussão o Conselho de Administração aprovou a adesão de referidas discussões ao parcelamento da Lei 11.941/2009. Em razão da adesão ao REFIS e a desistência processo que discutia a ampliação da alíquota de 1% para 3%, a CSN incluiu o período que não havia sido autuado no Programa de Parcelamento Ordinário em 60 parcelas.

### ▪ Crédito prêmio de IPI sobre exportação

A legislação tributária permitia às companhias brasileiras o reconhecimento do crédito prêmio de IPI até 1983, quando em ato executivo do governo brasileiro foram cancelados tais benefícios proibindo a utilização desses créditos.

A Controladora contestou a constitucionalidade desse ato e ajuizou ação pleiteando o direito de utilização do crédito prêmio de IPI sobre exportação de 1992 a 2002, uma vez que somente leis elaboradas pelo poder legislativo podem cancelar ou revogar benefícios pontualmente elaborados por legislação pretérita.

Em agosto de 2003, a Companhia obteve decisão favorável de 1ª instância autorizando a utilização dos referidos créditos. O Tesouro Nacional apelou dessa decisão e obteve decisão favorável sendo que a Companhia então interpôs recurso especial e extraordinário contra essa decisão no Superior Tribunal de Justiça - STJ e STF, respectivamente.

## Notas Explicativas

Entre setembro de 2006 e maio de 2007, a Fazenda Nacional ingressou com 5 execuções fiscais e 3 processos administrativos contra a Companhia referentes à cobrança dos impostos que foram compensados com créditos prêmio de IPI. O total do pagamento é de aproximadamente R\$2,7 bilhões atualizado até 30 de junho de 2011.

Em 29 de agosto de 2007 a CSN ofereceu bens à penhora consubstanciados por ações em tesouraria no montante de R\$536 milhões sendo que o equivalente a 25% desse montante foi substituído por depósitos judiciais em parcelas mensais efetuados até 31 de dezembro de 2007 e na medida em que ocorreram essas substituições, foi requerida a liberação da penhora do equivalente em ações pelo valor de cotação da ação no fechamento do dia anterior ao depósito, sendo que este requerimento estava para ser deferido.

Em 13 de agosto de 2009, o STF proferiu decisão, dotada de efeitos de repercussão geral, determinando que o Crédito Prêmio de IPI somente vigorasse até outubro de 1990. Dessa forma os créditos apurados após 1990 não foram reconhecidos e em razão dessa decisão do STF o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão de referidas discussões aos programas de recuperação fiscal de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09 e pela Lei nº 11.941/09, em que há benefício da redução de multas, juros e encargos legais.

A Controladora mantinha provisionado o montante dos créditos já compensados, acrescido dos encargos moratórios até 30 de setembro de 2009. O novo valor de débitos após a aplicação das reduções previstas no programa da Lei nº 11.941/09 foi compensado com os depósitos judiciais relacionados a estas ações, resultando em um excesso de depósitos no montante R\$516 milhões após aplicação das reduções do REFIS que poderão ser restituídos.

Já os débitos inscritos nos termos da MP nº 470/09 foram pagos em 12 parcelas a partir de Novembro/09, sendo que as últimas 4 parcelas foram substituídas pela utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

Em agosto de 2010, foram excluídos do Parcelamento da MP 470 cinco processos administrativos, no montante de R\$1,8 bilhão. A Companhia impugnou os questionamentos na esfera administrativa (por meio da apresentação dos recursos competentes) haja vista a existência de fortes argumentos no sentido de admissão da inclusão de tais débitos no parcelamento da MP nº 470/09. Após a análise dos Recursos, a RFB e PGFN validaram a inclusão no aludido parcelamento da quase totalidade dos débitos em questão, restando um saldo de R\$79 milhões, o qual foi objeto de inclusão no parcelamento ordinário em 60 parcelas.

### ▪ Outros

A Controladora possui, ainda, provisões para processos relativos ao INSS, FGTS LC 110, COFINS Lei nº 10.833/03, PIS Lei nº 10.637/02 e PIS/COFINS - Zona Franca de Manaus, cujo montante em 30 de junho de 2011 totaliza R\$87.568 (R\$84.367 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais.

Com relação ao débito de COFINS Lei nº 10.833/03, o Conselho de Administração aprovou a adesão de referidas discussões ao programa de recuperação fiscal Lei 11.941/09. A Controladora mantinha provisionado o montante dos créditos já compensados, acrescido dos encargos moratórios até 30 de setembro de 2009.

O novo valor de débitos após a aplicação das reduções previstas no programa da Lei nº 11.941/09, foi compensado com depósitos judiciais relacionados a estas ações, resultando em um excesso de depósitos no montante R\$9.141 após aplicação das reduções do REFIS que poderá ser restituídos.

Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de Embargos de Declaração aos quais encontram-se pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$65.292 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

## Notas Explicativas

### 20. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

#### a) Passivos Ambientais

Em 30 de junho de 2011 é mantida provisão no montante de R\$288.353 na controladora e R\$294.331 no consolidado (R\$271.608 e R\$278.106 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando estudos de recuperação das áreas degradadas e em processo de exploração.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente e atualização da provisão para 30 de junho de 2011 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base essas taxas de desconto e índice de inflação (IGPM) do período, em referencia.

#### b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento da atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O passivo registrado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 14.195 na controladora e R\$22.885 no consolidado (R\$13.435 e R\$17.421 em 31 de dezembro de 2010).

### 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### i. Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2011 é de R\$1.680.947 (R\$1.680.947 em 31 de dezembro de 2010) dividido em 1.483.033.685 (1.483.033.685 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2010, foi aprovado o desdobramento das ações representativas do capital social, operação pela qual cada ação do capital social passou a ser representada por 2 (duas) novas ações. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovado o cancelamento de 27.325.535 ações que eram mantidas em tesouraria.

#### ii. Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 30 de junho de 2011 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

#### iii. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, já sendo atingido o limite para sua constituição, conforme determina a legislação vigente.

## Notas Explicativas

### iv. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria 25.063.577 ações de sua própria emissão adquiridas no mercado pelo montante de R\$570.176 (R\$570.176 em 31 de dezembro de 2010) para futura alienação ou cancelamento. O valor de mercado em 30 de junho de 2011 correspondia a R\$480.970 (R\$668.446 em 31 de dezembro de 2010).

### v. Composição acionária

Em 30 de junho de 2011, a composição acionária era a seguinte:

	30/06/2011		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Sem ações em tesouraria
Vicunha Siderurgia S.A.	697.719.990	47,05%	47,86%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	3,92%	3,99%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	12.788.231	0,86%	0,88%
BNDESPAR	31.773.516	2,14%	2,18%
NYSE - ADRs	375.154.856	25,30%	25,73%
BOVESPA	282.340.012	19,04%	19,36%
	<b>1.457.970.108</b>	<b>98,31%</b>	<b>100,00%</b>
Ações em tesouraria	25.063.577	1,69%	
<b>Total de ações</b>	<b>1.483.033.685</b>	<b>100,00%</b>	

(\*) A Rio Iaco Participação S. A. é uma empresa do grupo controlador.

### vi. Movimentação das ações em circulação

	Quantidade de ações	Saldo em tesouraria
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.457.970.108</b>	<b>25.063.577</b>
Movimentação		
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>1.457.970.108</b>	<b>25.063.577</b>

## 22. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia irá propor ao Conselho de Administração o pagamento de juros sobre o capital próprio. O montante de R\$218.681 corresponde ao provisionamento parcial até 30 de junho de 2011, no valor de R\$0,14999 por ação do capital social em circulação nesta data.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio tem como base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre o patrimônio líquido, limitado a 50% do lucro do período antes do imposto de renda ou 50% dos lucros acumulados e das reservas de lucros, podendo ser utilizado o maior entre os dois limites, conforme legislação vigente.

Em atendimento à Deliberação CVM 207 de 31 de dezembro de 1996 e às normas fiscais, a Companhia optou por contabilizar os juros sobre o capital próprio propostos em contrapartida da conta de despesas financeiras e, reverter na mesma conta, não sendo apresentado na demonstração do resultado e não produzindo efeito no lucro líquido, exceto quanto aos reflexos fiscais reconhecidos nas linhas de imposto de renda e contribuição social. A Administração proporrá que o montante de juros sobre o capital próprio seja imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

## Notas Explicativas

### 23. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
<b>Receita Bruta</b>				
Mercado interno	6.738.530	6.852.343	6.149.258	6.294.841
Mercado externo	2.996.432	1.652.891	704.670	445.106
	<b>9.734.962</b>	<b>8.505.234</b>	<b>6.853.928</b>	<b>6.739.947</b>
<b>Deduções</b>				
Vendas canceladas e abatimentos	(106.001)	(84.115)	(93.046)	(68.375)
Impostos incidentes sobre vendas	(1.516.761)	(1.363.936)	(1.370.279)	(1.238.145)
	<b>(1.622.762)</b>	<b>(1.448.051)</b>	<b>(1.463.325)</b>	<b>(1.306.520)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>8.112.200</b>	<b>7.057.183</b>	<b>5.390.603</b>	<b>5.433.427</b>

### 24. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(257.366)</b>	<b>(345.327)</b>	<b>(225.273)</b>	<b>(335.838)</b>
Impostos e taxas	(25.775)	(38.922)	(3.905)	(30.317)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09	(16.119)	(8.444)	(16.119)	(42.835)
Provisão para contingências e perdas líquidas das reversões	(50.388)	(19.260)	(56.676)	(6.364)
Multas contratuais e indedutíveis	(25.717)	(147.470)	(33.619)	(152.859)
Custo fixo de paralisação dos equipamentos	(15.998)	(11.184)	(14.744)	(9.191)
Baixa de ativos obsoletos	(20.426)	(7.615)	(9.250)	(7.990)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(17.133)	(9.912)	(17.133)	(9.912)
Plano de Pensão	(33.192)	(31.225)	(31.005)	(29.168)
Outras despesas	(52.618)	(71.295)	(42.822)	(47.202)
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>736.570</b>	<b>98.446</b>	<b>131.380</b>	<b>65.764</b>
Venda ações Riversdale	698.164			
Ajuste Valor Presente - Impostos e Contribuições	8.323		8.323	
Ágio aquisição de precatórios do município de pirai		22.269		22.269
Crédito Extemporâneo PIS / COFINS / ICMS		32.739		32.739
Alienação de títulos			116.336	
Outras receitas	30.083	43.438	6.721	10.756
<b>Outras (despesas) e receitas operacionais</b>	<b>479.204</b>	<b>(246.881)</b>	<b>(93.893)</b>	<b>(270.074)</b>

## Notas Explicativas

### 25. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
<b>Despesas financeiras:</b>				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(354.522)	(298.998)	(45.515)	(55.974)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(616.455)	(314.161)	(481.624)	(275.679)
Partes relacionadas	(192.181)	(185.726)	(864.136)	(640.857)
Juros Capitalizados	143.069	106.083	95.025	94.636
PIS/COFINS sobre demais receitas	(603)	(505)	(603)	(470)
Perdas com derivativos (*)	(10.871)	(8.303)	(10.871)	(8.303)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09, líquidos	(77.335)	(33.921)	(77.335)	(6.055)
Juros, multas e moras fiscais	(129.439)	(128.039)	(122.728)	(108.512)
Outras despesas financeiras	(85.307)	(143.308)	(69.075)	(133.096)
	<b>(1.323.644)</b>	<b>(1.006.878)</b>	<b>(1.576.862)</b>	<b>(1.134.310)</b>
<b>Receitas financeiras:</b>				
Partes relacionadas	22.661	24.319	50.777	246.418
Rendimentos sobre aplicações financeiras	251.713	154.714	28.309	29.028
Outros rendimentos	54.536	37.738	31.910	26.392
	<b>328.910</b>	<b>216.771</b>	<b>110.996</b>	<b>301.838</b>
<b>Variações monetárias:</b>				
- Ativas	908	2.496	870	1.274
- Passivas	(3.804)	(13.950)	(6.399)	(3.629)
	<b>(2.896)</b>	<b>(11.454)</b>	<b>(5.529)</b>	<b>(2.355)</b>
<b>Variações cambiais:</b>				
- Sobre ativos	(669.551)	263.430	(55.747)	34.248
- Sobre passivos	736.466	(508.107)	523.738	(361.798)
- Variações cambiais com derivativos (*)	(237.385)	147.746		
	<b>(170.470)</b>	<b>(96.931)</b>	<b>467.991</b>	<b>(327.550)</b>
<b>Variações monetárias e cambiais líquidas</b>	<b>(173.366)</b>	<b>(108.385)</b>	<b>462.462</b>	<b>(329.905)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.168.100)</b>	<b>(898.492)</b>	<b>(1.003.404)</b>	<b>(1.162.377)</b>
<b>(*) Demonstração dos resultados das operações derivativas</b>				
Sw ap CDI x USD	(212.129)	50.610		
Sw ap EUR x USD	(15.627)	5.391		
Dolar Futuro		77.671		
Outros	(9.629)	14.074		
	<b>(237.385)</b>	<b>147.746</b>		
Sw ap Libor x CDI	(10.871)	(8.303)	(10.871)	(8.303)
	<b>(10.871)</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(10.871)</b>	<b>(8.303)</b>
	<b>(248.256)</b>	<b>139.443</b>	<b>(10.871)</b>	<b>(8.303)</b>

### 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura da Companhia, seus negócios estão distribuídos em cinco segmentos operacionais. Conseqüentemente analisamos nossa informação por segmento da seguinte forma:

- **Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos e Portugal. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca

## Notas Explicativas

(eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Para 2012, está previsto o início da produção de aços longos. Com uma produção inicial de 500 mil toneladas consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas – MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN possui mineração na Estanho de Rondônia S.A. (ERSA), empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Logística**

### i. Ferroviária

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística S. A., que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

#### a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e transporta suas exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

#### b) Transnordestina Logística

Juntos, a CSN e o Governo Federal investirão na implantação do Projeto Transnordestina para construção de cerca de 1.728 km de novas linhas. As obras, previstas para serem concluídas em 2013, incluem ainda a complementação e renovação de parte da infraestrutura (ou linhas) da concessão da Transnordestina Logística que será ampliada dos cerca de 2.600 km em operação atualmente, para aproximadamente 4.300 km operacionais.

A Transnordestina Logística S.A. possui uma concessão de 30 anos concedida em 1998 para operar o sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso

## Notas Explicativas

oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

O projeto aumentará a capacidade de transporte da Transnordestina Logística em 20 vezes, igualando-a ao patamar das ferrovias mais modernas do mundo.

Com a nova configuração a Transnordestina se tornará a melhor opção logística para exportação de grãos através dos portos de Pecém e Suape, bem como de outros granéis sólidos como minério de ferro da Região Nordeste, tendo papel importante no desenvolvimento da região.

### ii. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infra-estrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de granéis.

#### • Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua auto-suficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

#### • Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação produção, comercialização e distribuição de cimento a qual utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Atualmente o clínquer utilizado na fabricação do cimento é adquirido em sua maioria de terceiros, porém começou a ser produzido pela própria CSN em 2011 com a conclusão da primeira etapa da fábrica em Arcos (MG), onde a CSN possui ainda uma mina de calcário, a qual é consolidada no segmento de Cimentos.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

## Notas Explicativas

30/06/2011

	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
<b>Resultado</b>								
Toneladas (mil) - (não revisado) (*)	2.519.530	10.953.278				763.737		
Receitas								
Mercado interno	4.117.348	444.905	68.520	488.205	65.658	145.225	(198.899)	5.130.962
Mercado externo	699.866	2.288.452					(7.080)	2.981.238
Custo produtos e serviços vendidos	(3.461.784)	(941.618)	(41.240)	(306.846)	(29.367)	(109.171)	169.726	(4.720.300)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.355.430</b>	<b>1.791.739</b>	<b>27.280</b>	<b>181.359</b>	<b>36.291</b>	<b>36.054</b>	<b>(36.253)</b>	<b>3.391.900</b>
Despesas vendas e administrativas	(231.056)	(37.653)	(8.656)	(39.827)	(12.215)	(30.995)	(185.345)	(545.747)
Depreciação	301.598	78.046	2.805	51.849	11.250	9.536	1.158	456.242
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.425.972</b>	<b>1.832.132</b>	<b>21.429</b>	<b>193.381</b>	<b>35.326</b>	<b>14.595</b>	<b>(220.440)</b>	<b>3.302.395</b>

30/06/2011

	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
<b>Vendas por área geográfica</b>								
Ásia	6.707	2.019.421						2.026.128
América do Norte	247.121							247.121
América Latina	66.242							66.242
Europa	365.491	269.031						634.522
Outras	14.305						(7.080)	7.225
<b>Mercado externo</b>	<b>699.866</b>	<b>2.288.452</b>					<b>(7.080)</b>	<b>2.981.238</b>
<b>Mercado interno</b>	<b>4.117.348</b>	<b>444.905</b>	<b>68.520</b>	<b>488.205</b>	<b>65.658</b>	<b>145.225</b>	<b>(198.899)</b>	<b>5.130.962</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.817.214</b>	<b>2.733.357</b>	<b>68.520</b>	<b>488.205</b>	<b>65.658</b>	<b>145.225</b>	<b>(205.979)</b>	<b>8.112.200</b>

(\*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

30/06/2010

	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
<b>Resultado</b>								
Toneladas (mil) - (não revisado) (*)	2.561.065	8.810.128				372.903		
Receitas								
Mercado interno	4.763.871	203.691	54.967	424.800	54.884	75.900	(164.819)	5.413.294
Mercado externo	548.627	1.095.262						1.643.889
Custo produtos e serviços vendidos	(3.086.677)	(485.137)	(36.095)	(236.332)	(17.558)	(63.123)	166.499	(3.758.423)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>2.225.821</b>	<b>813.816</b>	<b>18.872</b>	<b>188.468</b>	<b>37.326</b>	<b>12.777</b>	<b>1.680</b>	<b>3.298.760</b>
Despesas vendas e administrativas	(291.351)	(68.036)	(7.321)	(32.917)	(13.001)	(14.041)	(189.180)	(615.847)
Depreciação	252.451	71.859	6.098	47.819	10.855	5.332	(390)	394.024
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.186.921</b>	<b>817.639</b>	<b>17.649</b>	<b>203.370</b>	<b>35.180</b>	<b>4.068</b>	<b>(187.890)</b>	<b>3.076.937</b>

30/06/2010

	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
<b>Vendas por área geográfica</b>								
Ásia	18.949	871.551						890.500
América do Norte	225.279							225.279
América Latina	82.167							82.167
Europa	208.699	223.711						432.410
Outras	13.533							13.533
<b>Mercado externo</b>	<b>548.627</b>	<b>1.095.262</b>						<b>1.643.889</b>
<b>Mercado interno</b>	<b>4.763.871</b>	<b>203.691</b>	<b>54.967</b>	<b>424.800</b>	<b>54.884</b>	<b>75.900</b>	<b>(164.819)</b>	<b>5.413.294</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.312.498</b>	<b>1.298.953</b>	<b>54.967</b>	<b>424.800</b>	<b>54.884</b>	<b>75.900</b>	<b>(164.819)</b>	<b>7.057.183</b>

(\*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

## Notas Explicativas

O EBITDA Ajustado consiste no lucro líquido acrescido de resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais, as quais são excluídas por se tratarem principalmente de itens não recorrentes da operação.

A diretoria da Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como ferramenta para medir a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, além de permitir comparações com outras empresas

	30/06/2011	30/06/2010
EBITDA Ajustado	3.302.395	3.076.937
Depreciação	(456.242)	(394.024)
Outras operacionais (Nota 24)	479.204	(246.881)
Resultado financeiro (Nota 25)	(1.168.100)	(898.492)
Resultado antes dos impostos	2.157.257	1.537.540
IR e CSLL (Nota 8)	(404.400)	(209.956)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1.752.857</b>	<b>1.327.584</b>

### 27. LUCRO POR AÇÃO (LPA)

#### Lucro por ação básico:

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (após desdobramento de ações), excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria e foi calculado como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
	Ações ordinárias		Ações ordinárias	
<b>Lucro Líquido período</b>				
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.756.003	1.327.706	1.756.003	1.327.706
Atribuído a Sócios Não Controladores	(3.146)	(122)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970	1.457.970	1.457.970	1.457.970
<b>LPA Básico e Diluído</b>	1,20442	0,91065	1,20442	0,91065

### 28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto.

Em 30 de junho de 2011 a CBS tinha 31.305 participantes (30.540 em 31 de dezembro de 2010), dos quais 16.271 eram contribuintes ativos (15.433 em 31 de dezembro de 2010), 9.812 eram funcionários aposentados (9.888 em 31 de dezembro

## Notas Explicativas

de 2010) e 5.222 eram beneficiários vinculados (5.219 em 31 de dezembro de 2010). Do total de participantes em 30 de junho de 2011, 13.948 pertencem ao plano de benefício definido e 17.357 ao plano misto.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 30 de junho de 2011 a CBS detinha 12.788.231 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2010). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$3,7 bilhões e R\$3,6 bilhões em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente. Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

### a. Descrição dos planos de pensão

#### **Plano de 35% da média salarial**

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

#### **Plano de suplementação da média salarial**

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

#### **Plano misto de benefício suplementar**

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido.

### b. Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessários para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (Asset Liability Management), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política, baseiam-se na Resolução 3792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

## Notas Explicativas

### c. Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas informações trimestrais de acordo com o CPC 33 – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Obrigações registradas no Balanço Patrimonial</b>		
Benefícios de planos de pensão		
Benefícios de saúde pós-emprego	367.839	367.839
	<u><b>367.839</b></u>	<u><b>367.839</b></u>

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.982.556
Valor justo dos ativos do plano	(2.316.018)
<b>Déficit/(Superávit)</b>	<b>(333.462)</b>
Restrição devido à limitação de recuperação	280.582
<b>(Ativo) líquido (*)</b>	<b><u>(52.880)</u></b>

(\*) O Ativo decorrente da avaliação atuarial não foi registrado pela Companhia por não apresentar claramente evidência de sua realização, de acordo com o item 59 (c) do CPC 33 – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee benefits*.

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2010 é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>
<b>Valor presente das obrigações no início do exercício</b>	<b>1.731.767</b>
Custo do serviço	1.313
Custo de juros	185.285
Benefícios pagos	(166.147)
Perda/(ganho) atuarial	225.341
Outros	4.999
<b>Valor presente das obrigações no final do exercício</b>	<b><u>1.982.558</u></b>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2010 é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>
<b>Valor justo dos ativos no início do exercício</b>	<b>(2.160.158)</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	(218.229)
Contribuições dos patrocinadores	(63.109)
Benefícios pagos	166.147
Ganhos/(perdas) atuariais	(40.669)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro</b>	<b><u>(2.316.018)</u></b>

## Notas Explicativas

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2010</b>
Custos de serviços correntes	1.313
Custo de juros	185.285
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(218.229)
Total da receita não reconhecida (*)	(31.631)
<b>Total dos custos (receitas), líquidos (*)</b>	<b>(31.631)</b>

(\*) A receita decorrente da avaliação atuarial não foi registrada pela Companhia por não apresentar claramente evidência de sua realização, de acordo com o item 59 (c) do CPC 33 – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee benefits*.

O custo é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2010 está demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2010</b>
(Ganhos) e perdas atuariais	184.671
Restrição devido a limitação de recuperação	(99.509)
<b>Custo total de (Ganhos) e perdas atuariais</b>	<b>85.162</b>

O histórico de ganhos e perdas atuariais em 2010 é como segue:

	<b>31/12/2010</b>
Valor presente das obrigações do benefício definido	1.982.556
Valor justo dos ativos do plano	(2.316.018)
<b>Superávit</b>	<b>(333.462)</b>
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	225.341
Ajustes de experiência nos ativos do plano	40.669

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<b>31/12/2010</b>
Método atuarial de Financiamento	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado
	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	
Taxa de desconto	10,66%
Taxa de inflação	4,40%
Taxa de aumento nominal do salário	5,44%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,40%
Taxa de retorno dos investimentos	11,31% - 12,21%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 2% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido
Composição familiar dos participantes em atividade	

## Notas Explicativas

### d. Plano de benefício de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais, desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN e administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Cia Siderúrgica Nacional – CBS.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 foram determinados como segue:

	<b>31/12/2010</b>
Valor presente das obrigações	367.839
<b>Passivo</b>	<b>367.839</b>

Os juros sobre a obrigação atuarial foram de R\$ 35.457 em 2010.

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentado a seguir:

	<b>31/12/2010</b>
Passivo atuarial no início do exercício	317.145
Custo do serviço corrente	35.457
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	(33.064)
Reconhecimento do (Ganho)/Perda do ano	48.301
<b>Passivo atuarial no final do exercício</b>	<b>367.839</b>

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	<b>31/12/2010</b>
Perda atuarial na obrigação	48.301
<b>Perda reconhecido no patrimônio líquido</b>	<b>48.301</b>

O histórico de ganhos e perdas atuariais são os seguintes:

	<b>31/12/2010</b>
Valor presente da obrigação de benefício definido	367.839
<b>Déficit/(Superávit)</b>	<b>367.839</b>
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	48.301

## Notas Explicativas

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	<b>2010</b>
<b>Biométricas</b>	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo
Rotatividade	N/A
Composição familiar	Composição Real
<b>Financeiras</b>	
	<b>31/12/2010</b>
Taxa nominal de desconto atuarial	10,77%
Inflação	4,40%
Aumento do Custo Médico em função da idade	1,50%
Taxa de crescimento nominal dos Custos dos Serviços Médicos	2,31%
Custo Médico médio	316,22

### 29. COMPROMISSOS

#### a. Contratos "take-or-pay"

Em 30 de junho de 2011 a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos					Compromissos mínimos futuros				Total
		2010	2011	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2016		
Transporte de minério de ferro.	Pagamento de pelo menos 80% das toneladas acordadas a serem transportadas pela MRS.	39.137	73.073	83.073	166.146	166.146	166.146	166.146	83.073	830.730	
Transporte de minério de ferro, carvão e coque.	Transporte de 8.280.000 ton a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton a.a. de carvão, coque e outros redutores.	6.906	18.610	66.385	99.578					165.963	
Transporte de produtos de mineração.	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	419	252	31.542	63.085	63.085				157.712	
Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de clínquer.	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.			12.319	26.937	26.937	26.937	26.937	116.727	236.794	
Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos.	Transporte ferroviário de pelo menos 20.000 toneladas de produtos siderúrgicos no mês, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.	1.612	5.789	7.080	3.540					10.620	
Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio).	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	55.219	38.395	46.803	93.606	93.606	93.606	93.606	93.606	514.833	
Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural	224.011	209.773	135.072	270.145					405.217	
Fornecimento de pelotas de minério de ferro.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato.	75.566	171.720	81.491	162.982	162.982	108.655			516.110	
Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	8.079	7.200	6.198	12.397	12.397	12.397	12.397	111.571	167.357	
Fornecimento de energia.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	6.859	5.953	3.744	7.487	7.487	7.487	7.487	39.934	73.626	
Fornecimento de Lama de Aço Forno gerada no processo de produção de gusa.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da CSN.		3.054	3.240	6.480	6.480	6.480	6.480	46.980	76.140	
Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metais e Britagem de Escória resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, percebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/t) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	18.346	20.135	14.208	28.416	28.416	14.208			85.248	
		<b>436.154</b>	<b>553.954</b>	<b>491.155</b>	<b>940.799</b>	<b>567.536</b>	<b>435.916</b>	<b>313.053</b>	<b>491.891</b>	<b>3.240.350</b>	

## Notas Explicativas

### b. Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 30 de junho de 2011, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2016	Total
MRS	Concessão de 30 anos, renovável por mais 30 anos, de transporte de minério de ferro das minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.	168.678	224.904	224.904	224.904	224.904	2.305.266	3.373.560
Transnordestina	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	2.995	5.991	5.991	5.991	5.991	68.392	95.351
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	105.146	120.093	139.190	139.190	139.190	974.333	1.617.142
Tecon	Concessão de 25 anos concedida em 3 de setembro de 1998, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	10.245	20.490	20.490	20.490	20.490	204.897	297.102
		<b>287.064</b>	<b>371.478</b>	<b>390.575</b>	<b>390.575</b>	<b>390.575</b>	<b>3.552.888</b>	<b>5.383.155</b>

### 30. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Importação, Exportação, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Foi contratado também apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes com LMI – Limite Máximo de Indenização de R\$850.000 para suas unidades e controladas: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, Mineração Arcos, CSN Paraná, CSN Porto Real, Terminal de Cargas TECAR, Terminal TECON, NAMISA e CSN Cimentos, que foi negociada com as seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior para colocação do seguro. A CSN decidiu se responsabilizar por uma faixa de retenção de R\$170.000 em excesso as franquias de danos materiais e lucros cessantes e co-participará com 64% dos riscos. A Companhia continua trabalhando para reduzir a sua co-participação.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 12 de julho de 2011, a CSN, através de sua subsidiária Companhia Metalúrgica Prada, efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas ("CBL"), mediante a capitalização de debêntures e outros créditos. Desta forma, a Companhia Metalúrgica Prada passou a deter o controle da CBL, através de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante.
- Em 27 de julho de 2011, a Companhia atingiu o percentual de 10,84% de participação nas ações ordinárias e 10,20% nas ações preferenciais do Capital Social da Usiminas.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de agosto de 2011, foi aprovado o cancelamento de 25.063.577 ações existentes em tesouraria, sem redução do capital social.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Companhia Siderúrgica Nacional  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Siderúrgica Nacional, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6